

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

AMANDA VILELA TIAGO

**O paradoxo da vulnerabilidade: repensando as políticas de proteção
na encruzilhada do gênero.**

Orientadora: Jô Gondar

Rio de Janeiro

2022

Amanda Vilela Tiago

**O paradoxo da vulnerabilidade: repensando as políticas de proteção
na encruzilhada do gênero.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.
Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientadora: Profa. Dra. Jô Gondar

2022

V

Vilela Tiago, Amanda
O paradoxo da vulnerabilidade: repensando as
políticas de proteção na encruzilhada do gênero
/ Amanda Vilela Tiago. -- Rio de Janeiro, 2022.
90

Orientadora: Josaida de Oliveira Gondar.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-
Graduação em Memória Social, 2022.

1. vulnerabilidade. 2. memória. 3. resistência.
4. pessoas LGBTI. I. de Oliveira Gondar,
Josaida, orient. II. Título.

O paradoxo da vulnerabilidade: repensando as políticas de proteção na encruzilhada do gênero.

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Aprovada em 30/08/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Jô Gondar (orientadora)- UNIRIO

Prof.^a Dra. Diana de Souza Pinto - UNIRIO

Prof. Dra. Daniela Murta - UNESA

Agradecimento

Essa dissertação foi atravessada e dilacerada pela pandemia de covid-19. Foi um mestrado que acabou se dando de forma online, precisando se encontrar com esse novo modo de aulas e ensino. Durante esse percurso foi preciso lidar com todos os lutos que envolve passar por uma pandemia, pelo isolamento social, pelas incertezas e pela política de morte governada durante esse tempo no Brasil. Certamente não conseguirei dar conta de agradecer aos que estiveram ao meu lado e mais do que isso, a todos e todas que permanecem lutando por uma país melhor para se viver.

Agradeço à minha mãe por ter sido a primeira a lutar por mim, a me dar uma vida melhor e longe da violência doméstica. Obrigada pela garra e por ter conseguido escolher esse caminho em uma época na qual nenhuma lei estava ao lado da mulher. Você é minha maior inspiração.

Agradeço ao meu irmão por me apoiar nessa escolha acadêmica, por compartilhar comigo as angustias da escrita e entender meus silêncios e ausências.

Agradeço à minha avó e ao meu avô (em memória), por terem contribuído afetivamente e financeiramente na minha formação. Sou muito grata por vocês na minha vida.

Agradeço a Paola pelos tantos anos de amizade e companheirismo. Mesmo nas ausências a gente sabe que uma está aqui pela outra. Obrigada por tanto.

Agradeço ao Bill por permanecer na minha vida, pela atenção e cuidado de sempre.

Agradeço a Claudinha pela delicadeza, carinho e por entender as minhas ausências.

Agradeço as minhas amigas de profissão e mais do que isso, minhas amigas da vida: Heloisa Berner, Juliana Taboada e Amanda Fasano. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, sem o suporte de vocês nada teria sido possível. Em especial, à Rafaela Nascimento, que também faz parte desse agradecimento anterior, mas que hoje em dia é minha parceira de casa, que me entendeu nos meus silêncios, que perguntou sempre sobre a minha pesquisa, se interessou e me deu um suporte como ninguém. Obrigada por dividir a vida comigo e por deixar eu fazer parte dela.

Agradeço a minha turma de Mestrado do ano de 2020 por terem sido parceiros nesse percurso tão singular e difícil.

Agradeço ao grupo de orientação do mestrado pelas leituras atentas e comentários essenciais para a construção dessa pesquisa: Fernanda Iglesias, Dario, Marcio, Fernanda, Marcia e Conrado.

Agradeço à CAPES pelo incentivo à pesquisa durante meu primeiro ano de mestrado.

Agradeço ao Programa de Pós graduação em Memória Social por ter conseguido reformular um mestrado em meio à pandemia.

Agradeço a minha orientadora Jô Gondar por ter me acolhido desde quando fui apresentar meu tema de pesquisa. Pelos comentários atenciosos, pelas leituras críticas e por acreditar nessa pesquisa junto comigo. Sou muito grata por esse encontro e por toda a sua disponibilidade em pensar as questões desse tema. Tenho enorme admiração e carinho por você.

Agradeço ao Luan Cassal por ter me incentivado e conversado comigo quando eu ainda estava pensando na possibilidade do mestrado. Luan é uma dessas pessoas que você logo vê a paixão pela pesquisa e ensino. Foi meu professor na graduação e eu tenho uma sorte enorme em ainda poder acompanhar o seu trajeto. Minha admiração por você é gigante, obrigada por me ensinar de forma tão afetuosa e pela sua leitura fundamental desse texto.

Agradeço à Daniela Murta e Diana Pinto por terem gentilmente aceitado participar da banca, pelos comentários precisos e atenciosos. Fico muito feliz em poder ter duas pesquisadoras que admiro lendo meu trabalho.

Agradeço a todas as pessoas da Casinha, em especial ao Douglas, Angelina, Clara, Fernanda, Isabella e Nathalia. Esse projeto nasceu de todos os nossos encontros, debates, questões e frustrações que passamos juntos. Eu aprendi muito com cada um, com cada reunião, aprendi a sonhar com vocês e a colocar os pés no chão.

Agradeço a todos e todas as pessoas que foram acolhidas pelo projeto da Casinha, por terem confiado suas histórias e memórias. Vocês são a razão dessa pesquisa.

Agradeço a todos os trabalhadores da saúde mental, do SUS, do Caps Neusa Santos Souza. Com vocês eu aprendi sobre precarização do serviço e a importância de se organizar, de resistir e de lutar.

Agradeço ao Eddy, meu companheiro, que esteve ao lado na imensa ansiedade e angústia que foi fazer uma pesquisa atravessada por esse Brasil de incertezas. Obrigada por ter segurado a minha mão, por ter acreditado mais em mim do que eu mesma. Obrigada pela

atenção nas leituras, pelos comentários e por compartilhar a mesma luta que eu. Sem os nossos momentos tudo teria sido mais difícil e solitário. Com você a vida é bem melhor.

E por fim, agradeço a todas as pessoas que lutam por uma vida mais digna, aos trabalhadores e trabalhadoras que suportam um trabalho precarizado, que lutam, que acreditam e que resistem em meio a catástrofe. A todas as pessoas que em suas vulnerabilidades me mostraram sobre o desejo de viver uma vida melhor.

“Acredito que é na encruzilhada das contradições que as estratégias de mudança podem ser encontradas”.

Anne McClintock

“A complexidade da experiência vivida é teia que se tece devagar”.

Neusa Santos Souza

TIAGO, Amanda Vilela. **O paradoxo da vulnerabilidade: repensando as políticas de proteção na encruzilhada do gênero.** 2022. Trabalho de Conclusão de Mestrado (Mestrado em Memória Social) -PPGMS, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Resumo

Nessa dissertação analiso o conceito de vulnerabilidade utilizado tanto nas políticas públicas como em projetos sociais. Esse uso tem aparecido como uma forma de delimitar seu público alvo e pretendi verificar sua atribuição à pessoas LGBTI+. Para isso, utilizei escritos do meu relato de campo e memórias pessoais enquanto psicóloga da ONG Casinha, no esforço de demonstrar os usos e aparecimentos da noção de vulnerabilidade no campo no qual estou inserida. Algumas perguntas direcionaram essa escrita, como: qual a relação entre vulnerabilidade e pessoas LGBTI+? Dizer que a vulnerabilidade cabe a alguns corpos implica em atribuir uma invulnerabilidade a outros? Como conclusão, proponho pensar na vulnerabilidade como um paradoxo: ela não é apenas passividade, ela produz resistência e memória.

Palavras chave: vulnerabilidade, memória, pessoas LGBTI+.

TIAGO, Amanda Vilela. **The paradox of vulnerability: rethinking the policies of protection in the crossroads of gender**. 2022. Final paper for Masters Degree. (Masters degree in Social Memory– PPGMS, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022)

Abstract

In this dissertation I analyze the concept of vulnerability used both in public policies and social projects. The use of this concept has been appearing as a form of framing it's target audience and, as one of the objectives, I intend to verify it's attribution to LGBTI+ people. To do so, I used collective reports from the team and my own personal memories as psychologist of the NGO Casinha, in the effort of showing the uses and appearances of the concept of vulnerability in the field in which I'm inserted. Some questions were the north for this writing, as in: what is the relation between vulnerability and LGBTI+ people? Saying vulnerability is fit to some bodies implies others are invulnerable? As a conclusion, I propose to think vulnerability as a paradox: it's not only passiveness, it produces resistance and memory.

Keywords: vulnerability, memory, resistance, LGBTI+ people

Índice de tabela

Tabela 1 – Relatório de índice de vulnerabilidade de pessoas LGBTI+ à covid 64

Lista de abreviaturas

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

APA – Associação Psiquiátrica Americana

CAP – Centro de Atenção Psicossocial

CID – Código Internacional de Doença

CMS – Centro Médico de Saúde

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LGBTI+ – Lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo (o símbolo de + no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.

ONG – Organização Não Governamental

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

VLC – Índice de vulnerabilidade

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução | 13 |
| Caminhos metodológicos..... | 14 |
| 1 Trajetórias de uma psicóloga pesquisadora: do voluntariado ao SUS | 16 |
| 1.1 <i>Era uma casa muito engraçada; não tinha teto, não tinha nada</i> : a construção de uma Casinha..... | 20 |
| 1.2 A experiência do grupo: territórios (d)e pertencimento..... | 23 |
| 1.3 A pandemia do covid-19 e a atuação da ONG <i>Casinha</i> | 28 |
| 2 Articulações com serviços de saúde: a experiência do Centro Municipal de Saúde Heitor Beltrão | 32 |
| 2.1 Entre silêncios e barulhos: a produção de cidadania em espaços de saúde..... | 33 |
| 2.2 Um breve histórico sobre as ONGs..... | 38 |
| 3 A encruzilhada entre vulnerabilidade e gênero | 42 |
| 3.1 Normatividade e Vulnerabilidade | 42 |
| 3.2 A ambivalência entre <i>Precariousness</i> e <i>Precarity</i> a partir de Judith Butler.... | 46 |
| 3.3 Os sentidos da Vulnerabilidade..... | 48 |
| 3.4 Entre a Memória, o Reconhecimento e a Vulnerabilidade..... | 54 |
| 4 Repensando a política de proteção aos sujeitos ditos vulneráveis | 69 |
| 4.1 Somos todos vulneráveis? O paradoxo da vulnerabilidade..... | 73 |
| 5 Considerações Finais: Memória e Resistência | 78 |
| Anexo 1 – Formulário Casinha..... | 85 |
| Anexo 2 – Formulário Assistência Social: mapeamento..... | 86 |
| Referências | 87 |

Introdução

A vulnerabilidade é uma noção utilizada tanto pelo senso comum como pelas políticas públicas, sendo um termo amplo, muito empregado, porém pouco criterioso. Esse termo me chama a atenção devido ao seu uso frequente nos documentos de políticas públicas utilizados para situar os sujeitos excluídos. Porém, apesar da facilidade em vermos esse termo, pouco sabemos sobre ele e suas bifurcações na produção de projetos sociais. Tenho como um dos objetivos dessa pesquisa atentar para o uso desse termo na ONG que irei analisar, assim como seu uso nas políticas públicas de assistência. Indago se os usos do termo vulnerabilidade são os mesmos e, sendo os mesmos, o que eles indicam? Poderíamos dar um significado único e universal para a vulnerabilidade?

Quais são, afinal, os fundamentos utilizados ao definirmos a vulnerabilidade? Como ela se insere nos campos de estudos, nos debates contemporâneos e, principalmente, na reflexão sobre a crescente desigualdade social e política? Diversos autores e autoras debatem sua concepção nas políticas sociais; trata-se de um termo em ascensão quando circunscrevemos o funcionamento das formas atuais do capitalismo, e sua utilização envolve formas de determinar o público que precisa mais da promoção de uma política pública.

Uma das bases centrais desse trabalho reside em questionar a atribuição da vulnerabilidade a alguns grupos, ao mesmo tempo em que outros não a recebem. O que faz com que alguns desses sejam considerados vulneráveis? Essa suposição estabelece a invulnerabilidade de outros? Como se define quem faz parte desse grupo? E o que essa determinação da vulnerabilidade tem produzido nas políticas sociais e de assistência? Como isso opera e quais os efeitos disso ao pensarmos em projetos para algumas populações?

Na tentativa de refletir sobre esses questionamentos, sem a pretensão de respondê-los, analiso a noção de vulnerabilidade atribuída às pessoas LGBTI+¹ (lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais ou travestis, intersexo e outras possibilidades como assexuais, não binárias, *queer*) a partir da minha inserção enquanto psicóloga voluntária em uma ONG voltada para pessoas LGBTI+ consideradas em situação de vulnerabilidade social. Examinando a relação dessas pessoas com a vulnerabilidade e os sentidos que se produzem

¹ Existem variações no uso do termo, escolhi ao longo dessa dissertação utilizar o termo LGBTI+ justamente pelo uso que a ONG na qual apresento como parte do meu campo utiliza.

para suas vidas, a partir dessa atribuição. Que impactos isso produz na vida e na memória dessas pessoas? A dificuldade de acesso a serviços de saúde, a lgbtifobia, o desemprego, seriam causas ou respostas ao enquadramento dessas pessoas como em situação de vulnerabilidade social? A relevância de escrever sobre esse tema é justamente devido à ampla utilização do termo vulnerabilidade; isso faz com que o termo perca definição, mas ainda assim ele continua produzindo seus efeitos na vida das pessoas ditas vulneráveis.

Me interesse em realizar uma pesquisa que esteja posicionada diante da dor dos outros, da escuta e da possibilidade de ensaiar futuros. Não pretendo solucionar ou resolver as questões levantadas, mas reconhecer que essas devem ser encaradas e chamar a atenção, da forma que for possível, para esse problema. O caminho do reconhecimento do problema e de sua complexidade na escrita dessa pesquisa é um modo de fazer alguma coisa com o que testemunhei, presenciei e acompanhei diante da dor das vidas LGBTI+ acolhidas no projeto, mas também das possibilidades de imaginação de uma vida melhor.

No primeiro capítulo, traço os caminhos metodológicos que construí nessa pesquisa ao descrever qual será o meu campo de pesquisa e que uso farei dele. Já no segundo capítulo, pretendo situar o meu fazer de pesquisadora enquanto psicóloga e voluntária, descrevendo os projetos que desenvolvi e como o tema da vulnerabilidade foi se tornando um campo de investigação para mim. No terceiro capítulo, aprofundo a reflexão sobre o conceito da vulnerabilidade, sua relação com a normatividade e apresento, ainda, o debate central dessa pesquisa: a ambiguidade do conceito de vulnerabilidade e sua utilização como legitimação do sofrimento. Dentro das considerações finais, proponho articular memória e resistência como possíveis saídas dessa condição de vulnerabilidade vista como fracasso ou fragilidade.

Caminhos metodológicos

Donna Haraway (1995), em seu texto *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, nomeia de “objetividade feminista” um conhecimento situado do qual nos tornamos responsáveis por aquilo que aprendemos a ver. O conceito de “saberes localizados” de Haraway me ajuda, enquanto pesquisadora, a entender que a concepção de um objeto a ser observado não se aplica, ele é ator e agente, e que não encontra neutralidade em seu olhar. Dessa forma, a minha trajetória como psicóloga na ONG *Casinha* construiu esse meu olhar, juntamente com a minha trajetória de vida e dos caminhos que se entrecruzaram até eu chegar aqui.

Sofia Favero (2020) diz que pesquisar é estar em movimento. Para a autora,

Endereçar, mais especificamente, é dizer que não há inocência em uma pesquisa. Quem pesquisa, tem uma história. Tem um objetivo. Aparece entre os parágrafos, pois não é possível sair ileso em um texto. (p. 2).

Ao longo da escrita, entre as pontuações, os inícios e termos de parágrafos o lugar de onde veio a pesquisa está situado e localizado, como ela se apresentou para mim e a importância de convocar esse tema. Favero pontua a preferência pelo termo “pesquisando” ao invés de “pesquisar”, justamente para situar o “‘processo’ como eixo de interesse, não meramente como algo a ser superado” (p. 2). Ela completa dizendo que essa mudança de nomenclatura seria uma postura ética diante de uma não resolutividade do problema que pretende encarar.

Entretanto, ela pontua que anunciar o sujeito pesquisador não é um modo de isentá-lo pelo resto da escrita; isso não pode ser uma forma de “pedir licença”, se apresentar e depois seguir com a escrita de forma não posicionada. Anunciar o sujeito que pesquisa é situar a sua prática, escrita e experiência, evidenciando seus efeitos no que vai compor o texto. Em vista disso, traçar o meu percurso enquanto profissional situa a minha pesquisa e também circunscreve a forma que o tema da vulnerabilidade chegou até a mim. Na escrita dessa dissertação descrevo a circulação dos projetos da ONG *Casinha* com o objetivo de apontar como a vulnerabilidade tem aparecido e quais são os efeitos desse uso nas práticas com os sujeitos envolvidos.

Selecionei como campo de análise os projetos na área de saúde da ONG *Casinha*, dando especial atenção ao formulário usado como acesso aos serviços oferecidos; a circulação pelo grupo de cuidado proposto pelo Centro Municipal de Saúde com o intuito de compreender as formas que os corpos LGBTI+ encontram no acesso à saúde e também pelo grupo de psicoterapia conduzido por mim e por mais uma psicóloga da ONG. Escolhi como método para dissertar sobre ambos esses espaços os relatos de campo que a equipe produzia ao final de cada encontro. Esses relatos eram feitos pela equipe da saúde da ONG e ficava localizado dentro de uma pasta do drive no nosso e-mail institucional. É importante destacar que apenas a equipe de saúde, ou seja, psicólogas da ONG, tinham acesso a esses registros documentados. Tais registros eram escritos coletivamente, envolvendo falas específicas de algumas pessoas, quanto observações nossa ao longo dos encontros. Escolhi reproduzir algumas delas ao longo dessa escrita como forma de ilustrar os meus argumentos.

O objetivo é apresentar, na tentativa de compreender, os diferentes sentidos e ambiguidades da vulnerabilidade diante de corpos LGBTI+, nomear alguns como vulneráveis permite mais acesso aos serviços? Questiono se tal ato não seria como forma de validar os projetos sociais e políticas públicas voltadas para corpos lidos como abjetos. Quais implicações envolvem dizermos que a vulnerabilidade cabe a alguns deles? Nesse caminho, a crítica ao uso da vulnerabilidade não tem como finalidade invalidar seu uso, mas justamente entendê-la como a própria prática; poderia ela operar na ambiguidade ou seria isso um problema?

Esses questionamentos direcionam os caminhos dessa pesquisa que encontra algumas entradas e também algumas saídas ao apontar a problemática presente no campo. Durante as próximas linhas irei me aprofundar no meu percurso. É importante situar que eu não utilizo a ONG *Casinha* como um campo propriamente, mas sim como uma ponte na qual o tema da vulnerabilidade me saltou aos olhos. Ao convocá-la como uma ambiguidade presente nas práticas é preciso analisar quais têm sido feitas.. De modo a iniciar essa análise, assumo como relevante em uma pesquisa que se pretende situada, dizer brevemente do meu percurso até aqui e situar como essas questões foram sendo elaboradas por mim.

1 Trajetórias de uma psicóloga pesquisadora: do voluntariado ao SUS

Poderia dizer que o meu primeiro trabalho como psicóloga formada foi na ONG *Casinha*. Me formei pela UFRJ em psicologia no início de 2019. Naquele período iria iniciar uma especialização em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela FIOCRUZ. Estava ansiosa por atuar em algum lugar enquanto psicóloga e foi nessa mesma época que vi uma notícia sobre a *Casinha*, uma ONG LGBTI+ na Cidade do Rio de Janeiro, que tinha acabado de realizar um sarau no qual várias pessoas do meu círculo tinham participado. Passei a acompanhá-los pelas redes sociais e logo em seguida me deparei com a divulgação do processo seletivo para diversas áreas, entre elas a Psicologia.

O processo seletivo ocorreu em duas etapas: a primeira se deu em grupo e a segunda foi uma entrevista individual. Na primeira etapa foi proposto algumas dinâmicas para nos conhecerem e saberem como somos em equipe. Nesse momento nos dividiram em grupos e nos deram vinhetas de casos que poderiam chegar até nós através do trabalho na ONG. Lembro que nessas vinhetas, distribuídas em papéis, eram relatadas situações

de pessoas em extrema vulnerabilidade que poderiam chegar ao acolhimento, envolviam histórias de sujeitos que passaram por violências, abandono, dificuldade financeira entre outros. Me recordo como a vulnerabilidade era uma palavra que aparecia com muita força durante essa dinâmica, como era reforçado que esses casos que chegariam seriam de pessoas em extrema vulnerabilidade. A vulnerabilidade era utilizada como uma situação a ser esperada: chegariam ali pessoas vulneráveis. O uso de vulnerabilidade usado pela ONG Casinha era referente a sujeitos que precisavam de algum tipo de amparo devido a exclusões que sofriam pelas suas identidades e sexualidades.

Ao longo da faculdade de psicologia perpassi por diversos estágios, como pelo acadêmico bolsista no Programa Saúde na Escola, pelo Departamento de Psicologia Aplicada e pelo Juizado de Violência Contra a Mulher. Porém, posso afirmar que o termo ‘vulnerabilidade’ apareceu para mim nessa experiência que tive na *Casinha*, isso não quer dizer que eu não o ouvi anteriormente, mas apenas nessa experiência, após me formar, que o termo me chamou a atenção. Poderia dizer que foi já ali, nesse processo seletivo, que escutei com destaque o termo ‘vulnerabilidade social’.

Então, em 2019 entro como psicóloga voluntária da ONG *Casinha*. No dia em que recebi o email avisando que tinha passado no processo seletivo fiquei muito feliz. Eu, que já era interessada nos estudos de gênero e sexualidade, vi ali uma forma de poder atuar nessa área. Nos primeiros encontros como voluntária, eu e outras três psicólogas que entravam também naquele momento, nos reunimos como equipe de psicologia, assim como o diretor, que sempre participava das reuniões e pensava os projetos junto conosco. Uma das primeiras reuniões foi com um grupo grande de profissionais da área de saúde que aceitaram fazer atendimentos e pensar nos casos em conjunto com a ONG. Explicar e distinguir os diferentes projetos da *Casinha* é um esforço, pois, ao escrever, nem sempre fica claro de qual projeto estou falando, se todos eram da *Casinha* e se todos eram voluntários. Dessa forma, farei um esforço ao longo dessa escrita na tentativa de evidenciar as diferenças.

O encontro ao qual me refiro era entre profissionais que se interessavam em atender os sujeitos que chegavam até a ONG procurando um atendimento “seguro”. Irei me ater um pouco mais nesse ponto pois considero que seja essencial para dizer um pouco sobre a procura pela *Casinha*. A denominação por um profissional “seguro” surge justamente devido aos relatos de discriminações dentro dos serviços de saúde, e com isso, incluo aqui os consultórios de psicólogas(os) e psicanalistas. Sendo assim, a procura por um

profissional “seguro” é uma busca pela certeza de que não sofrerá preconceito e violência nesses espaços. Diante desse cenário, o Conselho Federal de Psicologia produziu o livro titulado *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs* (2019) com relatos anônimos de pessoas que passaram por violências nos atendimentos psis, mas também com relatos de resistência e acolhimento.

Gostaria de destacar um relato do livro em especial, por se tratar de um atendimento dentro de um serviço de saúde, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Nesse relato, a pessoa que se identifica como homem cis, *gay* e branco, descreve um atendimento com a psicóloga do CAPS no qual ela menciona uma escolha não natural em ser *gay*. (2019, p. 165). Destaco esse relato como forma de exemplificar a procura por profissionais “seguros” e, logo, a procura por lugares que se nomeiam como LGBTIs, dando a entender que são espaços “seguros” para esses sujeitos. Esse “seguro” seria uma forma de denominar quais são esses profissionais incontestáveis em suas práticas diante de LGBTIfobias, profissionais que seriam confiáveis diante desse tema.

Junto com esse destaque, gostaria de mencionar uma lembrança minha: entre julho e agosto de 2019 fui chamada para falar em um evento de diversidade da UNIRIO como psicóloga da *Casinha*. Nesse evento pude dividir a mesa com a psicóloga Maiara Fafini² e, após a nossa fala, lembro de uma pessoa que perguntou se a *Casinha* poderia garantir um atendimento seguro e para qual endereço e número poderia ligar. Algumas pessoas que assistiam a esse evento relataram casos de amigos que tentaram suicídio e não conseguiram ser acolhidos, outros relataram sobre violências que sofreram ao buscar ajuda de um profissional.

Lembro da aflição de sair do evento com essa questão me atormentando, com muitas perguntas que ficaram comigo sobre a garantia de não sofrer violência na busca por um profissional de saúde. Como eu poderia garantir aquilo? Que resposta podemos dar diante desses relatos? Toda e qualquer violência traz à tona algo sobre a sociedade em que ela acontece. O que as violências contra corpos LGBTI+ traz? A busca por profissionais “seguros” indica a existência de profissionais não éticos, que produzem práticas violentas e aniquiladoras.

² Travesti, Psicóloga e Membro da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ.

A criação de espaços de saúde para populações LGBTI+ segmentados tem se tornado o modo mais comum desses sujeitos acessarem os serviços de saúde. Apesar de por um lado isso tornar o acesso ao serviço mais possível, por outro temos o cerne do problema ainda escancarado. Carvalho e Menezes (2021) colocam que

[...] quando se sabe de alguma unidade de saúde onde há maior compreensão da equipe, o que resulta num acolhimento respeitoso e humanizado, a tendência é procurá-la. (CARVALHO & MENEZES, 2021, p. 66).

A vulnerabilidade aparece como um elemento central nessas cenas. Esses sujeitos se encontram vulneráveis justamente por não conseguirem acessar os serviços.

Carvalho e Menezes (2021) dizem que, em seu trajeto de pesquisa e de trabalho com saúde de pessoas LGBTI+, puderam observar a estigmatização e violências que esses sujeitos sofrem nos serviços de saúde

[...] já ouvimos inúmeros relatos de travestis expulsas de serviços de saúde ou que são encaminhadas diretamente para serviços de aconselhamento e testagem em HIV/Aids sem sequer ter sua demanda acolhida. (CARVALHO & MENEZES, 2021, p. 67).

Essa discussão inicial foi feita nessa etapa da dissertação pois considero relevante ao posicionar o meu desejo de fazer parte da ONG *Casinha*. É a partir desse levantamento exposto que reforço como o meu desejo foi se consolidando na prática de uma psicóloga voluntária em uma ONG LGBTI+ localizada no Rio de Janeiro. Esse desejo de fazer parte da ONG, entretanto, não é sem contradições e discussões. Ao longo da escrita pretendo enunciar as minhas indagações.

Outro ponto que, apesar de não ser tema central dessa dissertação, certamente também não fica de fora, é a minha prática enquanto trabalhadora do SUS – Sistema Único de Saúde – que teve início em agosto do ano de 2021, e acabou por gerar o meu afastamento e consequente desligamento da *Casinha*. Passo então de psicóloga voluntária sem território à trabalhadora do SUS em Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Atualmente sou Acompanhante Terapêutica de duas Residências Terapêuticas do CAPS Neusa Santos Souza. Realizo o trabalho de desinstitucionalização com sujeitos que passaram por um longo tempo de internação.

Embora esse meu atual trabalho não seja, *a priori*, com o olhar voltado ao gênero e sexualidade, convivo com sujeitos que também se encontram marginalizados, que passaram por instituições violentas e, principalmente, que se inserem na concepção de vulnerabilidade social diante do Estado ao necessitarem de políticas públicas e suporte. Sendo assim, o tema da vulnerabilidade continua me atravessando e produzindo efeitos

na minha prática profissional. Devido ao tempo e disponibilidade precisei me ausentar e sair da minha função como psicóloga voluntária da ONG.

1.1 *Era uma casa muito engraçada; não tinha teto, não tinha nada: a construção de uma Casinha*

Para iniciar esse trajeto, começo contando um pouco sobre a ONG. A *Casinha*³ é uma Organização Não Governamental, que existe desde 2017, fundada por um grupo de amigos com a proposta de oferecer abrigo e acolhimento em geral para pessoas LGBTI+ que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pessoas que foram expulsas de casa devido a sua sexualidade e/ou identidade, que apresentam dificuldade econômica e barreiras para acessar os serviços de saúde, de assistência social, jurídico e cultural.

A Casinha é uma ONG carioca que atua, desde 2017, oferecendo apoio à população LGBTI+, em particular os expostos à situações de vulnerabilidade e violações de direitos - oferecendo atendimento emergencial-pontual ou contínuo, além de encaminhamento para uma ampla gama de profissionais da rede socioassistencial e outras organizações parceiras. Temos projetos e ações específicas nas vertentes de: Serviço Social, Empregabilidade, Educação, Cultura e Saúde. Hoje contamos com um time de mais de 70 voluntários. Nossa missão é promover direitos sociais e auxiliar a população LGBTI+ à alcançar emancipação e autonomia por meio de projetos educacionais e culturais, apoio jurídico e psicossocial, promoção de saúde física/mental e geração de renda. (retirado do *site* oficial da *Casinha*).

A estrutura de trabalho é dividida em oito eixos, sendo eles: educação, cultura, assistência social, institucional, comunicação, pesquisa, empregabilidade e saúde. A *Casinha* – recebe esse nome pela proposta de ser uma casa para essas pessoas – permanece em trânsito, pois ainda não foi possível conseguir uma sede, apesar de ao longo desses anos terem sido feitas várias tentativas, mas devido a questões financeiras e de ordem burocrática, essa sede até então não saiu. Portanto, a atuação da ONG se faz, principalmente, pelas parcerias informais entre as redes com outros serviços, como por exemplo outras casas de acolhimento e o Centro Municipal de Saúde Heitor Beltrão. Com a impossibilidade de se fixar em uma sede, a própria proposta de acolhimento é modificada. Sendo assim, passamos a entender o acolhimento e abrigo de forma mais ampla, envolvendo a construção de um projeto em conjunto com profissionais que oferecem suporte para essas pessoas.

³ Site oficial: <https://www.casinha.org/>

A *Casinha* foi criada tendo como inspiração principal o trabalho da ONG *Casa1*, localizada no bairro da Bixiga, na Cidade de São Paulo. A *Casa1* apresenta um trabalho mais sólido e um espaço para realizar esse abrigo, oferecendo 20 vagas para jovens LGBTI+ expulsos de casa por um período de quatro meses. Além da moradia, também são ofertadas alimentação, auxílio nas áreas de educação, empregabilidade, assistência social e suporte em saúde mental, como destacado no trecho a seguir:

A Casa1 é uma organização localizada na região central da cidade de São Paulo e financiada coletivamente pela sociedade civil. Sua estrutura é orgânica e está em constante ampliação, sempre explorando as interseccionalidade do universo plural da diversidade. Contamos com três frentes principais: república de acolhida para jovens LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) expulsos de casa, o Galpão Casa 1 que conta com atividades culturais e educativa e a Clínica Social Casa 1, que conta com atendimentos psicoterápicos, atendimentos médicos e terapias complementares, com foco na promoção de saúde mental, em especial da comunidade LGBT. (trecho retirado do *blog casaum.org*).

Jesser Ramos (2021) produziu uma dissertação sobre a política de portas abertas da *Casa1*. O autor descreve com detalhes como é a organização espacial e de que forma a ONG se sustenta. Ele relata a utilização do financiamento coletivo recorrente pela plataforma digital da Benfeitoria e as doações de empresas privadas (p. 14). Assim como a *Casa1*, a *Casinha* também já participou de financiamento coletivo e doações/parcerias com empresas privadas. Jesser Ramos (2021) narra como a sua circulação dentro dos espaços físicos da *Casa1* produziu relações com os moradores e modificou o cotidiano na casa que foi rodeado por histórias e memórias.

A *Casa1* relatada por Ramos (2021) tem a política de portas abertas ao produzir uma proximidade e diálogo com a vizinhança. Sendo assim, a ONG acaba por produzir relações para além da concepção de vulnerabilidade de gênero e sexualidade, com uma política de portas abertas para todos e todas, “é, então, sobre os modos como a *rua*⁴ se relaciona, se apropria e amplia as diferentes espacialidades da Casa1.” (p. 27). O voluntário da *Casa1* diz que a produção de alianças descrita na sua pesquisa tinha sido inspirada pelas concepções de precariedade e vulnerabilidade de Judith Butler. Entretanto, ele aponta que não eram apenas essas duas condições compartilhadas que produziam alianças, “mais do que isso, o que possibilita a ligação entre os lugares e pessoas é a permanência e insurgência da *rua* no cotidiano.” (RAMOS, 2021, p. 29).

⁴ Jesser Ramos utilizou algumas palavras em itálico como forma de destaque ao longo de sua dissertação, entre elas a palavra *rua*.

Dessa forma, as relações que se dão com o fora da casa se tornaram parte fundamental para essas “políticas de portas abertas”.

É nesse projeto da *Casal* que a *Casinha* se inspira inicialmente. O fundador da *Casal*, Iran Giusti, esteve presente no processo de seleção para voluntários e nos relatou alguns casos recorrentes que ali chegavam. Decidi por colocar o impacto que a *Casal* alcançou com o espaço físico e a consolidação do projeto para mostrar as diferenças que se impõem entre *Casal* e *Casinha*. Esta última, no entanto, não consegue estabelecer uma casa residencial, com endereço e número; sendo assim, começa a atuar em diferentes frentes, e sem ser fixa torna-se movimento constante.

A relação ao que Jesser (2021) descreve com o fora e o dentro, a casa e a rua, não pôde ser considerada pela *Casinha*. que passa, contudo, a existir sem chão e sem teto, sem dentro e sem fora. A princípio, isso foi uma frustração muito grande para mim, que entrei na perspectiva de atuar em uma casa de acolhimento para pessoas LGBTI+— tópico que será abordado mais para frente – mas ao longo do tempo fui percebendo as outras possibilidades de atuação que consistem em movimentar o acolhimento das pessoas LGBTI+ ao transitarem pela *Casinha*.

A pandemia do covid-19, que teve início no ano de 2020, e que permanece enquanto escrevo essa dissertação, acabou por evidenciar as ações pelo meio virtual. Apesar de não ter um espaço físico, os eventos promovidos pela ONG aconteciam em territórios bem delimitados. Uma das parcerias que permitiu a realização de reuniões e eventos foi o Coworking localizado no Bairro da Glória, Zona Sul do Rio de Janeiro. Nesse espaço conseguimos realizar a festa de dois anos da ONG, reuniões entre a equipe de saúde, o cineclubes, o bazar entre outros eventos.

Com a duração da pandemia a ideia de ter uma casa para chamar de nossa foi perdendo um pouco mais de força e fomos percebendo que a *Casinha* não precisava urgentemente de uma casa, e sim de se apresentar como movimento, como circulação pelos espaços como nome e ideia, de forma a se consolidar como instituição. É claro que o abrigo é um tema essencial e continua sendo, mas como não foi possível realizá-lo, construímos outro tipo de casa: uma que não tinha parede, nem cama, nem tijolos, mas que poderia ter entradas e saídas ainda assim, que poderia se tornar comunitária pelos espaços nos quais circulava. Assim, uma das frentes de circulação das pessoas que formavam a comunidade *Casinha* era a dos eventos culturais e das parcerias informais

com alguns serviços de saúde. Pretendo aprofundar nos próximos capítulos os conflitos que esse tipo de serviço pode gerar.

A *Casinha* promoveu alguns eventos ao longo dos seus cinco anos de existência como sarau, bazar, festa, cineclube. Nesses encontros era comum vermos os mesmos rostos, conhecermos pessoas, apresentarmos o projeto. Todos os eventos eram abertos para quem quisesse aparecer. Lembro de um cineclube que conseguimos realizar no espaço do *coworking* no bairro da Glória, nesse cineclube vimos alguns curtas LGBTI+ e tivemos a presença de quem o produziu. Era uma forma de nos relacionarmos com os trabalhos dessas pessoas, dessas produções e também de movimentarmos a ONG. Era muito comum que as pessoas acolhidas participassem desses eventos, assim como muitos passavam a conhecer o nosso trabalho a partir desses eventos culturais.

Considero que esse é um dos pontos de destaque da *Casinha*: os eventos culturais. Ao tentar pensar em uma forma de responder o motivo das pessoas procurarem a ONG e não outras ONGs, ou até serviços públicos voltados para atendimentos e orientação para pessoas LGBTI+, percebo que os eventos culturais foram parte fundamental dessa construção e disseminação do trabalho da ONG. Eu mesma conheci a ONG através de um sarau realizado em 2018. Lembro que fiquei surpresa ao saber de sua existência e a partir dali passei a acompanhá-la pelas redes sociais. As pessoas que chegavam até a *Casinha* não procuravam apenas atendimento, procuravam um lugar para pertencer, para poder estar, para conhecer outras pessoas e formar laços.

1.2 A experiência do grupo: territórios (d)e pertencimento

A estrutura da ONG na área de saúde praticamente não existia, foi sendo montada junto com a nova equipe em 2019. Ao chegar, a *Casinha* já fazia uma parceria com uma psiquiatra que cedia seu consultório em Botafogo, Zona Sul do Rio, para conduzir um grupo de acolhimento para pessoas LGBTI+. É importante destacar que a ONG proporcionava ajuda de custo para quem precisasse chegar até Botafogo, uma forma de garantir o acesso ao serviço que estávamos oferecendo, visto que entendíamos a importância da gratuidade de modo a garantir a possibilidade de psicoterapia para essas vidas precarizadas.

Caso não pudessemos oferecer essa ajuda, o serviço não poderia ser gratuito, e essas pessoas precisariam bancar um gasto financeiro para se deslocar até o grupo de

psicoterapia. A maioria dos participantes não era moradores da Zona Sul, mas sim da Zona Norte e Baixada do Rio de Janeiro. A dificuldade com o trajeto até Botafogo costumava aparecer na fala das pessoas ao chegarem no grupo. Lembro que, entre todos que circularam pelos encontros, apenas um não precisava dessa ajuda de custo, que era oferecida através do bilhete único que era recarregado conforme as pessoas voltassem para o encontro seguinte.

Com a entrada das psicólogas, o grupo se modifica, passamos a conduzi-lo com novas inscrições para acolhimento e um novo horário. A parceria com a psiquiatra permitiu que usássemos o espaço de sua sala para a realização dos encontros ao longo de um ano. Nesse um ano de grupo terapêutico, os encontros aconteciam de forma quinzenal e duravam apenas uma hora, formato viável para o grupo acontecer presencialmente no consultório cedido pela psiquiatra. A sala tinha um espaço aconchegante e o limite era de oito pessoas no grupo.

Muitas vezes as pessoas chegavam com amigos, indicavam o grupo e os levavam junto para os encontros, como uma forma de apoio para estarem ali, mas também porque eram pessoas que se entendiam naquele perfil “LGBTI em vulnerabilidade social”. Houve uma única vez em que uma amiga, que não se identificava dentro da sigla LGBTI+, foi acompanhar uma acolhida e disse que queria estar ali para saber como poderia ajudar mais, apoiar mais, pois era algo que a afetava muito. O interesse pelos encontros do grupo terapêutico acontecia muito pelo “boca a boca” pela divulgação de quem já frequentava ou conhecia a ONG. Entretanto, para a entrada no grupo não tão somente chegar, era preciso preencher uma ficha e ser selecionado. Nessa ficha perguntávamos alguns dados e condições socioeconômicas, de forma a avaliar a vulnerabilidade e, logo, a necessidade de participar de um grupo de psicoterapia gratuito.

É importante pontuar que o início desse novo formato de grupo se deu em 2019, o ano seguinte da eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. As pessoas que chegavam até o grupo afirmavam que seu medo tinha aumentado ao sair nas ruas após a eleição; narravam, também, as inúmeras rupturas familiares que tinham acontecido devido ao período eleitoral. Esse foi o primeiro ponto em comum que surgiu entre as e os participantes acolhidos no grupo, e também sua principal porta de entrada: a eleição de 2018 e o aumento da sensação de violência nas ruas e em casa.

Os inícios dos encontros eram permeados por muito silêncio, até que as pessoas acolhidas se sentissem confortáveis para falar. Alguns ali fizeram laços uns com os outros

para além daquele espaço, combinaram saídas, e encontraram algum tipo de apoio. Para outros, o grupo em si mesmo demonstrava esse apoio suporte. Mais do que aquele que seria dado por uma pessoa específica, o apoio era constituído pela ideia de ter um grupo, um espaço de cuidado dedicado a escutar essas vidas.

Os encontros do grupo terapêutico da *Casinha* duraram em torno de um ano, sendo interrompido em dezembro de 2019 – foram muitas as razões dessa interrupção, mas destaco aqui a mais relevante: nos demos conta de que o grupo já não fazia mais sentido dentro daquele consultório localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro voltado para pessoas LGBTI+ em “vulnerabilidade social”. O território começou a aparecer como um ponto que tornava esse espaço ainda inacessível. Afinal, se a “vulnerabilidade social” era encarada como uma situação na qual as pessoas que faziam parte precisavam de apoio, ajuda e suporte, realizar um grupo para pessoas vulneráveis na Zona Sul do Rio de Janeiro produziria efeitos, sendo um desses o esvaziamento, devido à distância e ao não pertencimento.

Aqui vale a pena trazer a disjunção entre pertencer e não pertencer tal como foi tematizada pela escritora Gloria Anzaldúa (2009) – ela se via como perpetuamente estrangeira, e de uma maneira contraditória: numa hora se lia como “chicana” e em outro momento como “americana”. Laura Palmeira (2020) pontua como o posicionamento de chicana de Anzaldúa é permeado de porosidades, nessa complexidade que envolve se definir sem que isso seja tudo que se a dizer, é viver nesse entre fronteiras.

Anzaldúa nasceu no Vale do Rio Grande do Texas em 28 de setembro de 1942, filha dos camponeses Urbano Anzaldúa e Amalia Anzaldúa García que tiveram suas famílias separadas pela imposição de uma fronteira. (PALMEIRA, 2020, p. 4).

Diante disso, a escritora relata a dificuldade de se identificar a apenas uma cultura, um lugar. Anzaldúa diz que:

[...] essa alienação voluntária (ainda que forçada) resulta em conflito psicológico, um tipo de identidade dual – não nos identificamos com os valores culturais anglo-americanos e não nos identificamos totalmente com os valores culturais mexicanos. (2009, p. 316).

A escritora Anzaldúa coloca que seu sentimento de pertencimento era encontrado em pequenos lugares, como nos filmes mexicanos que passavam no cinema *drive-in*, como os cheiros e comidas que remetiam à sua família. O que essa escritora nos aponta é que esse lugar de pertencimento, apesar de não ser encontrado por completo, pode ser sentido nessas miudezas, produzindo uma diferença nessa sensação de “ser estrangeiro”.

Retornando ao grupo, o encerramento dos encontros na Zona Sul do Rio de Janeiro se deu mais especificamente após a fala de uma das participantes, mulher negra, lésbica, moradora da Baixada, que demonstrou desconforto no trajeto até o grupo. Ela nos disse: “cada vez que o trem e o metrô vão se aproximando da Zona Sul, menos pertencente eu me sinto, como se esse meu corpo não pudesse estar aqui”. Acredito ser importante evidenciar a fala dessa acolhida no grupo a respeito dos modos de circulação pela cidade, sobre os corpos que se sentem confortáveis ou não nesses espaços.

Foi a partir dessa escuta que pude perceber a ambiguidade em oferecer cuidado em um território que escancara a falta de cuidado e reconhecimento desses corpos. Depois desse encontro e após um esvaziamento das pessoas no grupo, decidimos que não fazia mais sentido permanecer oferecendo a acolhida nesse território. Um território que acabava por produzir esse ser “estrangeiro”, enquanto o que buscávamos construir era justamente as “miudezas” descritas por Anzaldúa.

A ajuda de custo e a possibilidade de gratuidade precisam andar junto com a possibilidade de transitar por esses lugares, de modo a construir um espaço de mutualidade. É preciso pensar na política pública junto com o público, pensar o serviço junto com quem o acessa, sem criar a distância que se instala quando se pensa que o problema está apenas “lá”, como se o “cá” também não precisasse ser pensado, olhado e modificado. Com isso quero dizer que geralmente as pessoas se deslocam de “lá” para “cá” e, talvez, seja mais interessante deslocar o serviço até “lá”, de forma a construir um comum nesse deslocamento.

Ao sair da sala de atendimento dos grupos, os e as acolhidas sempre esperavam para que fôssemos todos juntos caminhando até o metrô. Nessa caminhada, conversávamos sobre banalidades, planos para o final de semana, gostos e entre outros assuntos. Era um espaço e um tempo “fora do grupo”, um pedaço no qual circulávamos juntos, em que andávamos naquele lugar que era um não-lugar para muitos deles. Porém, o fato de circularem por ali, aqueles corpos que não se sentiam pertencentes ao meio, transformava a paisagem do lugar, transformava a possibilidade desses corpos estarem ali também.

Com isso não quero dizer que era bom o grupo de psicoterapia estar instalado na Zona Sul para que esses corpos pudessem circular por lá, pois isso seria tamponar a complexidade de aparição e deslocamento desses corpos ao transitarem pela cidade. A prática de cuidado precisa acontecer olhando para o “lá” e o “cá” de modo a transformá-los em um “aqui”. Esse “aqui” precisa envolver um cuidado que esteja onde essas pessoas

consigam se encontrar. O campo da memória é o da cidade; ao falarmos sobre memória, lembrança e esquecimento estamos nos referindo a cidade, território e lugares. A vida de sujeitos LGBTI+ foi, ao longo da história, atravessada por lugares de não pertencimento. Um exemplo que ilustra bem essa memória LGBTI+ nos territórios é o lugar específico onde era possível se encontrar, como alguns bares que acolhiam a diversidade, lugares mais escondidos do centro, a conhecida cena LGBTI+ ia se construindo dessa forma, entre os seus.

Apesar da ajuda de custo, havia outro custo não contabilizado que impossibilitava esse deslocamento. A questão financeira estava atrelada ao transitar pelo território, aos corpos que ali eram visíveis e à dificuldade em se sentir pertencentes. Esse pertencimento ao lugar diz respeito aos corpos que ali circulam e nessa questão acho fundamental pontuar a racialização como questão crucial a essa sensação de pertencimento pela cidade. A maioria dos sujeitos que frequentava o grupo de psicoterapia da Casinha era negro, morador da baixada ou zona norte, sem emprego formal, alguns estudantes, um imigrante e três eram pessoas trans. Seria isso, talvez, parte da definição do que é pessoas em “vulnerabilidade social”? Sujeitos que historicamente passaram por exclusões de acesso as políticas públicas, a políticas de cuidado, de saúde, de direitos. Apesar do termo vulnerabilidade não definido pela ONG, podemos resgatar de alguns documentos de políticas públicas os seus usos e é isso que pretendo fazer no capítulo 3 dessa dissertação.

A análise a partir dos marcadores sociais da diferença no olhar sobre raça, classe e gênero é extremamente relevante ao apresentar o tema da vulnerabilidade social de sujeitos LGBTI+. Esses sujeitos são diversos e atravessados por diferentes fatores. Tal olhar voltado para a relevância da presença dos marcadores sociais é uma forma de atentar para o fato de que os sujeitos são atravessados por diferentes situações e condições. Logo, dizer que o sujeito é LGBTI+ não encerra nas opressões que ele passa em sua experiência. De acordo com Favero (2019) “são múltiplos os aspectos que compõem a identidade do sujeito na viabilização da desigualdade. Nesse sentido, uma análise de gênero deve levar em conta a raça, uma análise racial deve se atentar à classe, e assim prossegue.” (FAVERO, 2019, p. 177). A psicóloga aponta que, entretanto, dizer dos diferentes atravessamentos os marcadores sociais não é hierarquiza-los, de modo a considerar um mais predominante que o outro. A proposta é entender que as diferentes conjugações na qual o sujeito se encontra.

Se entendemos que a garantia de emprego, ao acesso a serviços de saúde, ao alcance à cidade e a garantia do reconhecimento estão entrelaçadas, compreendemos que quem passa por ausências dessas garantias é atravessado por violências. A vulnerabilidade é produzida nessas relações de ausências, muito mais do que de acesso. A vulnerabilidade é utilizada para descrever um itinerário de ausências, de faltas, de dificuldade de acessos aos serviços, ao emprego formal, à cidadania.

Entretanto, a partir dos estudos dos marcadores sociais da diferença, podemos perceber que não há universalidade nesses sujeitos, sendo assim, também não existe nessa vulnerabilidade. Essa argumentação não impede de encontrarmos pontos em comum da vulnerabilidade vivenciada de pessoas LGBTI+. A partir desse questionamento diante dessa e do território, planejamos uma nova proposta para 2020 envolvendo projetos de cuidado de circulação pela cidade, com o intuito de considerar as diferentes composições de sujeitos LGBTI+. Entretanto, 2020 foi um ano transformado pela pandemia do covid-19 e algumas modificações se fizeram necessárias.

1.3 A pandemia do covid-19 e a atuação da ONG *Casinha*

Com o surgimento e agravamento da pandemia do covid-19, os planos sobre grupos itinerantes e a circulação pela cidade foram se transformando em paralisação de projetos e em seguida, a elaboração de projetos virtuais. Em fevereiro de 2020 tínhamos iniciado um contato com o Centro de Cidadania LGBT da Capital – CCLGBT da Capital – para a realização do grupo terapêutico. Conseguimos organizar as datas que os encontros iriam acontecer e, ainda, a autorização para realizá-los dentro do espaço do Centro de Cidadania, localizado na Central do Brasil, uma região de fácil acesso para todos os lugares, era uma forma de sairmos da Zona Sul e circularmos pela Central, um lugar que, apesar de suas imensas desigualdades e contradições, localiza-se no centro da Cidade⁵. Contudo, com o início da pandemia em março de 2020, esses encontros não aconteceram e a parceria foi interrompida.

⁵ Ao afirmar que o prédio do CCLGBT, localizado na Central do Brasil, é de fácil acesso não pretendo eliminar as dificuldades de se chegar ao Centro da Cidade e as próprias contradições de ter um Centro de Cidadania para corpos LGBT dentro de um prédio que faz exigências sobre vestimentas, horários, identificação, entre outras.

A partir disso, passamos a pensar em alguns projetos virtuais. Um deles, já existente e que, devido ao *online* teve ainda mais aderência, foi o atendimento gratuito. Já tínhamos conseguido formar um grupo de profissionais de psicologia para atenderem gratuitamente alguns acolhidos da nossa lista. Esses acolhidos preenchiam um formulário (anexo 1) pedindo atendimento na área de saúde mental. Desse momento em diante, as pessoas eram encaminhadas para profissionais disponíveis para atendê-las. Esses profissionais faziam parte de um cadastro realizado pela equipe, ou seja, em uma etapa anterior já tínhamos divulgado na rede social da *Casinha* a abertura de um cadastro de profissionais que se disponibilizavam para atendimentos gratuitos. Foi a partir desse cadastro que encaminhamos pessoas interessadas em atendimentos aos profissionais disponíveis. O trabalho da equipe de saúde da *Casinha* era fazer essa mediação, uma mediação que precisava se responsabilizar enquanto instituição, com isso, algumas amarras precisariam ser feitas.

Uma dessas amarras consistia em conhecermos esses profissionais envolvidos nos atendimentos. Tentamos diversas vezes marcar reuniões, mas não tivemos muita presença. Enquanto equipe, ficamos pensando no que significava essas ausências e chegamos em algumas respostas, como o deslocamento, o tempo e o dinheiro gasto até o local. Com o projeto *online* isso se modifica e conseguimos fazer reuniões com os profissionais interessados. Essa foi uma mudança significativa no trabalho: com o *online* foi possível conhecer os profissionais que realizavam os atendimentos. Pontuo essa mudança aqui no texto para ilustrar as modificações que o *online* acabou possibilitando, mas também de forma a evidenciar as dificuldades de construir um projeto sólido voluntário na ONG.

Outra mudança foi com o formulário de cadastro que as pessoas acolhidas chegavam. Antes da pandemia utilizávamos apenas um formulário (anexo 1) de cadastro para acesso aos serviços de saúde mental; com a pandemia da covid-19, a frente mais atuante se torna o serviço social devido à distribuição de cesta básica. Para isso foi utilizado um novo formulário (anexo 2) proposto pela equipe do serviço social. Essa mudança de formulários fez diferença na chegada desses acolhidos: no formulário de saúde mental as perguntas eram restritas ao atendimento, já no elaborado pelo serviço social as perguntas envolviam as condições socioeconômicas e a necessidade de cesta básica. Tal mudança ocorreu devido a situação na qual o país se encontrava com a

pandemia da covid-19, o aumento de desemprego e a imensa dificuldade de sustentar a própria alimentação.

Sobre a distribuição de cestas básicas e a atuação do serviço social na ONG, encontrei a seguinte descrição nos documentos do grupo de trabalho:

O atendimento aos acolhidos mediante a pandemia foi realizado pela/o Assistente Social de forma online e remota obedecendo alguns requisitos. Ao receber os dados de acolhidos através de um formulário online disponibilizado pelas redes sociais da Casinha, nossa primeira atividade foi em entrar em contato via Whatsapp ou ligação telefônica. Através desse contato realizamos um mapeamento das principais demandas da população LGBTI+ no município, onde constatamos como principais necessidades enfrentadas durante a quarentena as questões relativas ao desemprego.

Nesse primeiro trecho destacado refere-se ao mapeamento realizado através do formulário com o intuito de entender a demanda das pessoas nesse momento da pandemia, sendo assim, as perguntas eram mais voltadas para se a pessoa tinha conseguido o auxílio ou se possuía algum benefício social, se possuía vínculo de trabalho formal ou informal.

Os primeiros contatos foram feitos no mês de Abril e as primeiras cestas foram distribuídas em maio. A ação de distribuição das cestas já atendeu a famílias das Zonas Norte, Sul e Oeste e também Baixada Fluminense. No processo de desenvolvimento do Programa de Distribuição de cestas básicas articulamos parcerias com o Centro de Cidadania LGBTI+ de Nilópolis, Organização LGBT+ Movimento, Casa de Direitos da Baixada e Anjos da Stellinha. (trecho retirado do documento localizado na pasta compartilhada do drive do GT do serviço social).

No formulário (anexo 2) elaborado pela equipe do serviço social era perguntado quais as principais dificuldades enfrentadas durante a quarentena, com quantas pessoas dividiam a casa, se possuíam documentos entre outras perguntas, porém a última pergunta – “Algo a mais que você queira acrescentar?” – foi a que abriu para os atendimentos em saúde mental. A partir dessa pergunta muitas pessoas colocaram que precisavam psicólogos. As que preenchiam, nesse formulário, o interesse de terem atendimentos psicológico eram direcionadas para algumas outras questões como: se possuía acesso à banda larga de *internet* para os atendimentos e se possuía um espaço privado para a realização dos encontros. Esse direcionamento ficou em um novo formulário produzido com questões voltadas para a possibilidade desse atendimento. Escolhi colocar apenas os dois formulários (anexos 1 e 2) como forma de evidenciar as diferenças nas perguntas e em como as pessoas chegaram até os atendimentos em saúde mental, antes e durante a pandemia da covid-19.

A partir desse pedido e desse primeiro contato realizado, as pessoas que tinham interesse na área de saúde mental respondiam às outras perguntas, depois disso a equipe

de psicólogas selecionava, através de critérios de vulnerabilidade, quem teria acesso a terapia gratuita. Nos próximos capítulos irei me ater mais nas questões que surgiram a partir desses critérios de seleção.

O coletivo VoteLGBT produziu um relatório com os resultados da pesquisa – realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020, com 10.065 respondentes nas 5 regiões brasileiras –, sobre o impacto da pandemia na população LGBTQ+. Nela foi perguntado “qual a maior dificuldade você está enfrentando durante o isolamento social/quarentena”, na qual 42,72% responderam que é a saúde mental. Os três maiores impactos em seus respectivos lugares foram: piora na saúde mental, afastamento da rede de apoio e falta de fonte de renda.

Com a demanda de atendimento psicológico a partir do formulário de solicitação de cestas básicas da *Casinha*, retomamos o projeto de encaminhamento para os que se propuseram a atender gratuitamente esses acolhidos. Contamos com dez profissionais de psicologia para o cumprimento desses atendimentos. Alguns desses profissionais já conheciam a *Casinha* e faziam parte de encontros anteriores, outros chegaram a partir de um parceiro em comum, também psicólogo. Assim se formou esse grupo, comigo e outras três psicólogas, na construção de um espaço de partilha para esses atendimentos. Vale ressaltar que essa construção já tinha sido feita anteriormente, com outros profissionais envolvidos, porém não tivemos aderência e o projeto acabou não se desenvolvendo. O formato *online* facilitou a participação dos profissionais tanto nos atendimentos gratuitos quanto nesses espaços de partilha de casos.

Conseguimos construir essa rede informal entre nós e encaminhamos então, pelo menos, uma pessoa para cada profissional, sendo assim, dez pessoas acolhidas e atendidas. Entretanto, esse projeto foi perdendo força e também se encerrou ao final de 2021. O trabalho voluntário apresenta essa característica pontual e efêmera. Contudo, é importante dizer que nessa conta não entra apenas o voluntariado, mas também como os projetos LGBTQI+ são encarados e como formamos arranjos frágeis nessa precariedade. Os projetos encontram-se também precários, assim como os sujeitos em questão. No tópico seguinte irei relacionar outro projeto que participei a partir da *Casinha*, porém um projeto que se dá dentro da rede de saúde pública.

2. Articulações com serviços de saúde: a experiência do Centro Municipal de Saúde Heitor Beltrão

Além do grupo terapêutico, a equipe de saúde da ONG *Casinha* participava de encontros no CMS Heitor Beltrão, tanto voltados para profissionais de saúde quanto voltados apenas para usuárias(os). Esses encontros aconteciam dentro do próprio Centro Municipal de Saúde Heitor Beltrão, localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio. Nas reuniões com os profissionais da rede de saúde, pensávamos sobre os encaminhamentos para determinados casos e, também, sobre as demandas coletivas do movimento LGBTI+ no que se refere ao acesso à saúde. Já os encontros com os/as usuários/as eram destinados às pessoas trans e não binárias de qualquer território.

Esses encontros aconteciam uma vez ao mês; a proposta era a de ser um grupo de cuidado conduzido pela médica de família do CMS, reunia cerca de 30 pessoas. Os encontros se deram por uma iniciativa profissional que atuava no CMS, cujo filho é trans e estava implicada nessas demandas de cuidado à população trans e não binária. Com isso, é notável que tal iniciativa ocorreu devido a um desejo particular, não apresentando uma direção de política pública de acesso.

Muitas dessas pessoas iam acompanhadas de seus companheiros/as e familiares, em sua maioria mães. A cada encontro tínhamos a presença de alguém novo. Geralmente, a médica que conduzia o grupo pedia que os parentes ficassem do lado de fora, mas os/as companheiros/as sempre participavam junto, ouvindo as experiências e dando apoio. Nesses encontros eram tratadas questões ligadas à hormonização, tiravam-se dúvidas com a equipe de saúde, como também se conversava sobre as violências, sobre os afetos, sobre o processo de transição.

O CMS Heitor Beltrão se tornou referência ao colocar em prática esse grupo de cuidado. A ONG *Casinha* chegou a participar de alguns encontros que ocorriam na Clínica da Família localizada no Complexo do Alemão com a mesma proposta, um grupo de cuidado para pessoas trans e não binárias, inspirada pelo trabalho no CMS Heitor Beltrão. Este grupo de cuidado reunia cerca de 30 pessoas em uma mesma sala, de diferentes territórios, vidas, classes e raças; possibilitou a criação de um espaço que dava abertura e acesso à saúde para essas pessoas. Uma das propostas para o ingresso no grupo de cuidado do CMS Heitor Beltrão era a de que bastava a participação em um encontro para conseguir entrar na lista de atendimento à saúde.

Esse grupo de cuidado às pessoas trans e não binárias se tornou uma porta de entrada para o seu acesso às consultas. Criou-se, coletivamente, essa possibilidade de ingresso em um serviço que essas pessoas não conseguiam usufruir anteriormente devido às barreiras que encontravam, como o não reconhecimento de seu nome e as violências sofridas diante das questões de saúde que perpassavam seus corpos. O propósito de descrever tal grupo no CMS é apontar como mesmo dentro de uma instituição de saúde pública, de uma política pública, acaba-se criando arranjos para dar conta de uma demanda de saúde para sujeitos LGBTI+ que encontram dificuldade de acesso.

Ao mesmo tempo em que esses encontros se tornaram uma porta de entrada para os serviços de saúde, também se tornaram uma porta de saída. Era muito comum existirem compromissos sociais após a reunião, e os laços sociais surgiam dali. Os rostos passaram a ser tornar conhecidos nos encontros de sexta, e algumas dessas pessoas também transitavam pelas atividades culturais da *Casinha*. Esses espaços de cuidado tornaram-se porta de entrada para se pensar a saúde, para as pessoas acessarem os serviços e para falarem de si, mas também portas de saída ao circularem pela cidade juntas.

2.1 Entre silêncios e barulhos: a produção de cidadania em espaços de saúde.

Essa circulação criada a partir do grupo de cuidado diz respeito a uma concepção de produção de cidadania, que se constitui por um grupo em torno de umas 30 pessoas, podendo falar sobre suas questões de saúde, de acesso, dificuldades, na tentativa de criar suas próprias redes de apoio. Ao convocar o campo da memória nessa escrita, pretendo apresentar como a aparição desses corpos, ao conseguir dizer tais questões, foi impossibilitada ao longo do tempo. Poder colocar a palavra em circulação é entendê-la como parte da constituição da memória, é ter a palavra que se expressa e transmite como memória.

Logo, é possível pensar que a existência desse grupo de cuidado enquadra-se na promoção de cidadania. Essa dimensão sobre a importância da cidadania frente aos grupos, que durante muito tempo foram silenciados e violentados, se deu devido a minha experiência no CAPS Neusa Santos Souza com as Assembleias dos usuários/as. Sempre na última quarta do mês, às 10h da manhã, o CAPS propõe uma assembleia entre os usuários para discutirem o que desejam de melhoria no serviço, proporem temas para as oficinas, falarem sobre os medicamentos, as dificuldades que encontram, entre outros

temas. A assembleia se propõe a ser esse espaço na qual todos presentes possuem participação nas decisões, são escutados e incentivados a proporem ideias, reclamações, melhorias, e o que mais for possível.

Lembro da primeira assembleia que participei: cheguei para acompanhar um morador de Residência Terapêutica, um sujeito que foi institucionalizado desde a infância, atualmente já com seus 50 anos. Uma mulher usuária do CAPS toma a palavra: “– Eu queria falar algumas coisas, é a primeira vez que venho aqui, queria saber por que algumas pessoas escutam vozes e outras não. Eu escuto, você escuta?” Rapidamente uma outra usuária diz: “– Eu também escuto”. A discussão foi se dando ao redor desses “ouvintes de vozes” e a possibilidade de falarem em voz alta sobre essa questão.

Depois de um tempo encerrado esse debate, o Diretor do CAPS pergunta se alguém tem algum tema de oficina para propor. Uma mulher diz “– Gostaria de saber em quem votar nas eleições desse ano”. A partir desse momento começa um debate entre os e as usuárias do CAPS sobre eleições, partidos e pautas políticas. Em determinado momento começa um desentendimento entre dois usuários sobre a visão política de cada um. O diretor interfere então e diz “– Devemos acalmar um pouco esses ânimos, mas preciso dizer que independente das discordâncias políticas de cada um vocês estão aqui exercendo cidadania, algo que foi retirado de vocês durante muito tempo”. Lembro que ele falou isso emocionado, sentimento que também me contagiou: presenciar as falas e as indagações desses sujeitos que foram durante tanto tempo institucionalizados e tiveram seus direitos roubados. Essa assembleia acontecia fora do CAPS, na rua, em frente ao serviço. Essa ocupação do espaço, da rua, proposto por um serviço de saúde, apresenta uma dimensão de produzir cidadania.

Destaco essa lembrança não como forma de igualar as assembleias do CAPS com os encontros do grupo de cuidado do CMS Heitor Beltrão, mas para apontar uma similaridade de ocupação de alguns espaços e da importância de conseguir dizer em público sobre questões antes não anunciadas e, tantas vezes, silenciadas, assim como pontuou Neusa Santos “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (SOUZA 1983, p. 17). A similaridade seria essa, dois ambientes que mediarão essa construção de um discurso sobre si mesmo, um falar em público apesar de todos os silenciamentos ao longo da história. A possibilidade de ecoar a voz nesses serviços é a base para a memória que dialoga nessa escrita. Uma memória que existe pela existência

e circulação de corpos, sem deixar-se cair nos escombros do silenciamento. A memória enquanto prática, enquanto ação.

Assim como nas assembleias em que as usuárias puderam colocar como questionamento o *ouvir vozes*, nos encontros do grupo de cuidado à saúde trans e não binária foi possível colocar dentro de um Centro Municipal de Saúde sobre as barreiras que encontram nos atendimentos, as dificuldades de acolhimento dentro dos serviços de saúde e as dúvidas referentes ao uso dos hormônios, à cirurgia e entre outras demandas que ainda encontram dificuldades de serem anunciadas.

É de fato necessária uma disforia para identificar-se enquanto pessoa trans? Foi relatado que pessoas buscando acompanhamento médico relatam para os médicos disforia embora não necessariamente a sintam, unicamente como script a ser seguido para acesso ao tratamento. Todos concordam que não é necessário ter disforia para identificar-se enquanto pessoa trans. Houve relatos de disforia, intensamente associados à angústia acentuada pelas longas filas de espera do SUS, mas também relatos de *euforia* como sentimento oposto à disforia: “Quando me chamaram de *ele*, eu me senti um rei!”. (Relato de campo do dia 15 de março de 2019).

Esse trecho escolhido, retirado do relato em equipe feito ao final de cada encontro, se deu durante uma dessas reuniões do grupo de cuidado às pessoas trans e não binárias dentro do CMS Heitor Beltrão. Nesse dia, falavam muito sobre a falta de acesso aos serviços de saúde, como o não reconhecimento dos seus nomes na hora de chamar para o atendimento e também sobre precisarem cumprir um certo roteiro da disforia para conseguir passar pelo aval do médico e ter acesso a cirurgia de modificações. Recorrem a esse roteiro devido a ideia de patologização ainda muito consolidada na área da saúde no que se refere a população trans. A produção de um saber da área da saúde diante de corpos dissidentes e a sua consequente patologização impossibilitou que muitos desses sujeitos pudessem acessar o sistema de saúde, serem acolhidos e falarem sobre suas demandas.

Ao olharmos para a história podemos nos deparar em como foi se dando uma certa produção da psicopatologia da vida cotidiana, na construção de diagnósticos diante de corpos LGBTI+, em particular, os corpos de pessoas travestis e transsexuais. Os acessos aos serviços de saúde acabaram, então, por se tornarem um lugar de exclusão e violência, conduzindo essas pessoas a fabricarem cuidados próprios, práticas de cuidado e tecnologia de saberes dentro de suas próprias comunidades. Como apontou Butler (2019a):

Se aceitarmos que existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser reconhecível e ‘legível’ e quem não vai, podemos começar a ver como

os ‘ilegíveis’ podem se constituir como um grupo, desenvolvendo formas de se tornar legíveis uns para os outros, como eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero e como essa exposição comum pode ser tornar a base para a resistência. (2019, p. 45).

Diante de corpos que são considerados “ilegíveis”, as práticas de cuidado se formam como uma base para a resistência. Tal resistência acaba por ser produzida nos cuidados entre pares, nos saberes experienciados diante das margens. A resistência nessa produção de saberes é uma forma de se tornarem “legíveis”, diante disso, as possibilidades de se encontrarem dentro de espaços de saúde é uma forma de expor as violências que acontecem e forçar esse reconhecimento que pode se dar de forma parcial, construído através da escuta desses ocorridos. Na medida em que encontram espaços para serem verbalizados, podemos pensar em como produzir reconhecimento parcial, um reconhecimento que produz cidadania, que reconhece os direitos desses sujeitos em estarem nesses espaços e reivindicarem cuidado. Cuidado que só pode ser construído em coletivo, com a participação dos sujeitos envolvidos.

Muitos do grupo no Heitor Beltrão falavam sobre um modo de cuidado e autonomia sobre seus corpos, modos que encontravam de fazerem as alterações que desejassem, muitas vezes, de forma caseira. Um saber produzido entre muitos, por meio de ações e experimentações, deixando de lado os conhecimentos gerados na academia diante de corpos trans e sua patologização. Um discurso médico utilizado é dizer sobre os perigos de fazer intervenções caseiras no corpo, apontando para uma concepção de risco. Veja bem, claro que isso é um ponto de atenção e muitas dessas intervenções podem e causam complicações de saúde, entretanto, o que quero apontar aqui é o caminho inverso. Olhar para o motivo de não procurarem um serviço de saúde para esses procedimentos/alterações ao invés de centrar nos comportamentos de “risco” no qual esses sujeitos são colocados.

Lílian Cruz e Betina Hillesheim (2014) dissertam sobre o risco de envolver uma incerteza diante do futuro, englobando em sua composição fatores que possam ser tanto favoráveis quanto desfavoráveis. Para as autoras a noção de risco apresenta relação com o tempo e espaço, na tentativa de domesticar e colonizar o futuro (p. 72). Tal combinação de fatores acaba por culpabilizar o sujeito, o deixando como único responsável diante de suas ações e escolhas, diante de seus “fatores de risco”. Como descrito no parágrafo acima, a maioria das pessoas trans e não binárias não se sentem confortáveis pela procura de um serviço de saúde, essa situação poderia ser nomeada de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade é essa condição que coloca alguns sujeitos como excluídos de serviços, de direitos, de uma vida mais digna. Focar estritamente no conceito de risco nos faz direcionar o olhar para o sujeito, no que ele faz para sair dessa situação e de como ele promove risco contra si mesmo. O risco colocaria todos na mesma condição de vulnerabilidade? Quanto mais fatores de risco maior a possibilidade de pertencer a condição de vulnerabilidade?

Sandra Torossian e Nelson Rivero (2014) expõem sobre a associação de falta de recursos ser igual a vulnerabilidade. Segundo os autores, “os sentidos produzidos sobre a vulnerabilidade têm a possibilidade de contribuir tanto para uma homogeneização e manutenção da população num lugar de risco quanto para construir estratégias de empoderamento dos sujeitos na construção de potência de vida.” (p. 63) Como forma de construir essas estratégias, seria importante derrubar esses sentidos cristalizados da concepção de vulnerabilidade como uma impossibilidade de vida, como algo a ser salvo.

O que se percebe, na verdade, é um uso desse discurso de quem pode cuidar e de quem sabe cuidar dos sujeitos vulneráveis. De que forma a vulnerabilidade também seria uma forma de patologizar esses sujeitos, na lógica da tutela, de que eles precisam de cuidados – quem consegue proporcionar esses cuidados são os ditos invulneráveis. Seriam então, os profissionais de saúde, os invulneráveis, que possuem o saber, a técnica e o domínio sobre cuidar dos vulneráveis?

Ao resgatar os relatos da equipe após cada encontro do grupo de cuidado às pessoas trans e não binárias o que percebo é uma busca por produzirem seu próprio cuidado diante do não acolhimento dos serviços de saúde. A vulnerabilidade e risco seriam situações provocadas e fabricadas pelos próprios serviços ao deixarem esses sujeitos à margem, não apenas pela falta de acesso aos serviços, mas também pela patologização produzida pelo campo da saúde aos corpos LGBTI+. Ao mesmo tempo em que é a partir dessa concepção de vulnerabilidade em que esses mesmos serviços passam a pensar os tipos de cuidado para esses corpos, as políticas de saúde e de assistência.

Porém, esse pensar através da concepção de vulnerabilidade e de cuidado acabam por apresentar uma atenção ainda patologizante, ainda médico centrado, ainda pouco acolhedor. Essa é uma ambiguidade que se faz presente ao longo de todo esse trabalho, e encontro como esforço a tentativa de sustentá-la como uma prática possível: a vulnerabilidade aponta uma distribuição desigual da proteção de algumas vidas, ao

mesmo tempo em que produz resistência como uma política de cuidado – o que é justamente o modo que esses sujeitos encontram de fabricar novas forma de vida através da resistência.

Durante esses encontros do grupo de cuidado do CMS Heitor Beltrão, a *Casinha* tinha como papel oferecer acolhimento e assistência, muito voltado por essa lógica de quem cuida dos vulneráveis. Muitas das vezes fomos acionados para tentar atendimento psiquiátrico, psicológico e, principalmente, dar suporte na área de empregabilidade. A *Casinha*, em parceria com algumas empresas, conseguiu abertura para vagas de emprego, contribuindo no treinamento e apoio para essas candidaturas. Na área de atendimento psicológico e psiquiátrico também conseguimos alguns encaminhamentos gratuitos, através de profissionais que ofereceram seus serviços ao conhecerem o trabalho da ONG.

A minha proposta é apontar como essa mesma concepção de vulnerabilidade utilizada para enquadrar os sujeitos LGBTI+, é também exposta na sua precariedade de funcionamento. Assim, os sujeitos são vulneráveis, mas as políticas de cuidado para essa população também operam pela precariedade, pela falta de verba, de acesso e de investimento. A vulnerabilidade opera, nesse sentido, por ambos os lados. Os arranjos são elaborados entre os próprios sujeitos como prática de resistência e fabricação de uma forma de vida possível, assim como os projetos voltados para atendimentos de pessoas LGBTI+ também são feitos na base de arranjos, na tentativa de somar esforços para minimizar os danos e buracos das políticas públicas.

Em seguida faço um breve histórico acerca das ONGs como forma de consolidar meu argumento sobre os arranjos precários que encontramos nos projetos sobre diversidade de gênero.

2.2 Um breve histórico sobre as ONGs

De modo a construir um caminho em relação ao conceito de vulnerabilidade e suas formas de aparecimento no trabalho dentro da ONG, pretendo me ater um pouco a respeito de como as ONGs se deram no Brasil, a sua importância nos movimentos LGBTI+ e, claro, a suas contradições. Essa discussão breve nos ajudará a perceber de que forma a ONG *Casinha* foi se apropriando do termo da vulnerabilidade como forma de circunscrever seu público e suas ações.

Leilah Landim (2002) introduz o debate das ONGs como uma categoria construída socialmente na qual seu reconhecimento ocorreu no decorrer da década de 1980 “a partir de todo um investimento, por um conjunto específico de agentes e entidades, na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade” (p. 216). A autora relata de que forma as ONGs, inicialmente, se apresentaram como uma novidade institucional na América Latina, sendo atrelada como uma alternativa às práticas institucionais, aos movimentos sociais, às demandas populares e às transformações sociais.

As ONGs representariam um lugar de onde o Estado não poderia falar, a academia não poderia falar, de onde apenas a experiência militante poderia transitar (LANDIM, 2002; OLIVEIRA, 1997). Essas organizações não governamentais demonstraram sua força nos lugares de debate da cena política ao contestarem a nomeação de cidadania universal enquanto diversos grupos ficavam de fora dessa cidadania, mais especificamente no movimento LGBTI+, um importante destaque do papel das ONGs se deu no período da epidemia de HIV/Aids.

Carvalho e Menezes (2021) mencionam a relevante responsabilização do Estado brasileiro frente à epidemia do HIV/Aids, na qual envolviam ações realizadas por meio dos movimentos sociais e ONGs. Apesar desse marco, esses autores apontam que a epidemia de HIV/Aids não foi reconhecida como um problema social, e o Estado não dava a devida atenção a elaboração de políticas públicas voltadas para a população LGBTI+, sendo muito mais uma política de governo do que de Estado. Sendo assim, as ONGs LGBTI+, por já apresentarem conhecimento e serem consolidadas ao longo do tempo, no que se refere a esses sujeitos, são contratadas para financiamento e gestão de Centros de Referência. Esse contrato tinha um prazo determinado e dependia de editais, além de estar atrelado a quem governava no momento, podendo mudar a cada novo governo, visto que não era uma política de Estado.

Os autores pontuam uma precariedade institucional nessa forma de elaborar projetos em políticas públicas LGBTI+. Tal precariedade aparece, principalmente, na fragilidade em que os projetos se encontram, inclusive por não integrar formalmente à rede do Sistema Único de Assistência Social –SUAS – e o Sistema Único de Saúde – SUS –. Eles dizem que os encaminhamentos de usuários / as para a rede dependiam de “contatos pessoais e profissionais que a equipe tinha com outros profissionais dos serviços referenciados.” (p. 106). Essas problemáticas se fazem presente no meu relato

dentro da ONG, com o que fui nomeando de “rede” ao me referir a esses contatos com profissionais que se interessavam pela temática e se encontravam, muitas vezes, dentro da rede pública de saúde. Isso causa uma certa confusão: são profissionais dentro da rede pública de saúde que elaboram e pensam projetos de atendimento à população LGBTI+, contudo, esses planos não são analisados a partir do Estado, causando uma fragilidade neles.

Luan Cassal (2018), ao descrever sobre o desmonte do Programa Rio Sem Homofobia (RSH) pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos convida a pensar o modo como esses projetos têm sido elaborados, sobre a precarização na qual os trabalhadores se encontram e a própria precariedade em que tais projetos são pensados em torno dos investimentos e em quais territórios.

Quem paga o preço para manter uma política pública em funcionamento quando o Governo do Estado não cumpre com sua responsabilidade básica de remuneração? O que possibilitaria anunciar uma política como sucedida ou fracassada? Por que as políticas para população LGBTI poderiam ser aceitas a qualquer preço, em quaisquer condições? Como nossas vidas foram colocadas numa balança entre quais serão (um pouco mais) protegidas e quais serão (um pouco mais) violadas? (CASSAL, 2018, p. 3).

Nesse sentido, Cassal (2018) destaca como o investimento e o desmonte diz sobre quais políticas merecem a devida atenção, sobre quais vidas importam, quais serão protegidas e quais serão violadas.

A participação das ONGs acabou se tornando um lugar de formação desses profissionais ao longo do tempo, com a falta de investimento e interesse público na construção dessas políticas, os movimentos sociais foram se consolidando como forma de resistência. Entretanto, uma das críticas contundentes à existência das ONGs é sobre uma substituição do papel do Estado, como se as ONGs já realizassem algo que este nem precisaria intervir, fortalecendo o abandono do Estado frente a essa população. Ao mesmo tempo que as ONGs existem justamente por esse abandono.

Deve-se lembrar ainda que as ONGs são mencionadas frequentemente na temática das novas relações entre Estado e sociedade, com papéis diversos e para o bem ou para o mal: no controle, proposição, co-gestão de políticas públicas; e na execução de serviços, quando são frequentemente acusadas de substitutas funcionais e estratégicas do Estado no contexto neo-liberal. (LANDIM, 2002, p. 218).

A filósofa Judith Butler (2019a), ao falar sobre o que acontece na ocupação da Palestina com as infraestruturas de vida continuamente destruídas, comenta sobre as intervenções das ONGs, que “presume que a destruição vai continuar e compreende que sua tarefa é amenizar e reparar as condições entre os episódios de destruição” (p. 18),

com isso ela aponta o perigo de ir conduzindo para uma naturalização dessa ocupação e da precariedade. Butler completa dizendo sobre as ONGs apresentarem um papel crucial, “no entanto, se essas tarefas assumem o lugar de uma oposição mais profunda à ocupação que conduza ao seu fim, elas correm o risco de se transformar em práticas que tornam a ocupação funcional.” (BUTLER, 2019a, p. 19).

Essa consideração que Butler faz em torno do papel das ONGs é um alerta sobre seus perigos de naturalização da precariedade de certos serviços. A ONG tem um importante papel nos movimentos sociais, nas organizações LGBTI+ e, em muitas vezes, ela faz o que o Estado deveria propor. Entretanto, há um perigo nessa lógica de suprir o papel do Estado.

O abandono do Estado no que diz respeito a vidas LGBTI+ acaba por produzir arranjos e gambiarras para a promoção de direitos e acolhimentos desses corpos. Seria, então, o trabalho voluntariado um sintoma destes que não importam? Apesar das dificuldades e contradições de um trabalho voluntário dentro de uma ONG, o que pretendo discutir é como esses arranjos acabam por produzir algumas cenas de reconhecimento. Essas cenas de reconhecimento dependem do interlocutor, ela não diz respeito a um reconhecimento completo e nem a um acesso universal à saúde, o que se produz nessas gambiarras e arranjos são também trabalhos precários e uma cidadania precária (BENTO, 2014).

Para articular o tema dos arranjos precários, da concepção de vulnerabilidade e população LGBTI+, irei perpassar sobre a relação entre normatividade e vulnerabilidade. Quais são os pontos de entrecruzamento nessas duas nomeações? Como se exerce essa situação de vulnerabilidade em corpos LGBTI+?

3. A encruzilhada entre vulnerabilidade e gênero

Ao longo desse capítulo me debruço sobre a densidade do conceito de vulnerabilidade nas políticas públicas, de modo a ilustrar seu aparecimento nos documentos como forma de delimitar seu público alvo. Antes disso, inicio a construção desse conceito ao relacionar a normatividade e a vulnerabilidade, na tentativa de entender como um foi se fundamentando no outro, como as normas de gênero foram produzindo a vulnerabilidade de sujeitos LGBTI+. Em seguida faço um breve tópico sobre dois conceitos de Judith Butler que se entrecruzam constantemente e não apresentam uma evidente diferença: a precariedade e precário. Esses dois conceitos são fundamentais para a elaboração da vulnerabilidade em Butler.

Ao aprofundar nos sentidos da vulnerabilidade, é preciso antes, analisar os contextos que induzem algumas vidas a condições de maior vulnerabilidade. Para isso, Butler (2019) vai falar sobre precariedade e política. Esse capítulo é onde me coloco mais disponível para pensar sobre a complexidade desse debate ao redor da vulnerabilidade, suas contradições e no esforço de não tentar encontrar apenas uma forma de defini-la.

3.1 Normatividade e Vulnerabilidade

Antes de entrar de forma mais aprofundada no conceito de vulnerabilidade, é necessário apontar a relação entre corpos LGBTI+ e vulnerabilidade. As normas de gênero são responsáveis pela constituição dessa relação, é através dessas normas que podemos determinar a inteligibilidade dos corpos, das vidas e, logo, a sua condição de vulnerabilidade. Butler (2003) diz que “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero prática sexual e desejo”. (p. 43). Esse esquema de inteligibilidade descrita pela filósofa indica que quanto mais os sujeitos e os seus corpos se distanciam desse esquema, mais desumanizados e descartáveis eles se encontram.

É através da norma cisheterossexual que é determinado quem são os seres inteligíveis e quanto menos inteligível forem mais precários será a sua condição de existência. A utilização do termo *cis*, para Favero e Maracci (2022), foi uma forma que o ativismo de pessoas trans encontraram de “demarcar tal experiência como posição social” e assim “nomear o que não é nomeado, para que este não assuma, ingenuamente, uma posição natural e, portanto, incontestável.” (p.2). Considero importante uma breve

historicização do termo *cisgeneridade* para entendermos as disputas que entram nesse percurso que estou traçando aqui: o encontro entre a normatividade e a vulnerabilidade. Ainda de acordo com Sofia Favero e João Gabriel Maracci (2022), a transexualidade por muito tempo foi situada na literatura como transtorno de personalidade, partindo de um diagnóstico que se produzia a partir da fala.

Mas o que na linguagem poderia atestar um gênero? Profissionais de saúde mental, diante dessa controvérsia, engajaram-se em identificar no discurso de transexuais e travestis algo que assegurasse uma posição masculina ou feminina. (FAVERO, MARIACCI, 2022, p. 3).

Nessa busca de identificar arbitrariamente o que poderia ser associado ao feminino e ao masculino produziu-se verdades e regulações nas vidas cotidianas, tendo como fundamental o peso do discurso médico e na área da saúde. Diante disso, Favero e Mariacci (2022) colocam como consequência a produções de psicopatologias dos gêneros e sexualidade. Determinados corpos e desejos foram sendo enquadrados como “errados”, “incorretos”, “anormais” e “doentes”. Era preciso não cruzar essa fronteira de masculino e feminino, ou seja, permanecer na matriz cisheterossexual, para ser considerado “saudável”. Quem desviasse dessa lógica arbitrária do desejo estaria no lugar da abjeção. Seria então, um corpo que não importa, que é passível de violências.

Ainda nesse mesmo texto, Favero e Mariacci (2022) relatam um importante fato que se deu com o *boom* da Aids nos anos 80 e 90, que foi “quando os organismos de saúde começaram a encará-las como grupo de risco, que estas passaram a se estruturar como movimento social organizado”⁶ (p. 5). Esse giro que faz com que pessoas LGBTI+ sejam enquadradas como grupo de risco pelos dispositivos de saúde, possibilita uma organização dos movimentos sociais como forma de resistência. Esse é um ponto importante para adentrarmos o debate da vulnerabilidade e resistência. A partir de uma nomeação do que seria um comportamento de risco que as pessoas LGBTI+ passam a se organizar para resistir a essa prática violenta.

Os sujeitos tornam-se inteligíveis a partir das práticas reguladoras das normas, ou seja, é a partir da regulação da matriz sexual, da (in)coerência entre sexo/gênero/desejo

⁶ Favero e Mariacci pontuam o período de criação uma de uma importante organização durante a década de 90, “o Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids passou a ser a principal forma de reivindicação política, com demandas que iam desde prevenção ao HIV à criação de uma rede capaz de articular as especificidades dessa agenda, culminando no surgimento da [Associação Nacional de Travestis e Transexuais](#) (Antra) nos anos 2000.” (2022, p. 5).

(Butler, 1990). A cisheteronormatividade regula os corpos e desejos por essa lente cis e heterossexual. Os sujeitos que não se integram nessa matriz tornam-se incompreendidos nas suas experiência e desejos, “relegados ao campo da ininteligibilidade” (Rodrigues; Gusman, 2021, p. 74). Butler (2015) faz uso da noção de abjeção para se referir as vidas que se encontram à margem, “áreas de exclusão onde o que se oferece são formas cotidianas de reiterar a ausência de inteligibilidade social e cultural” (RODRIGUES, GRUMAN, p. 4, 2021). Segundo Porchat (2015), é pelo viés da abjeção que Butler vai abordar o debate da vulnerabilidade das pessoas trans, travestis e intersexo. Os corpos abjetos seriam esses corpos que não fazem parte das cenas de inteligibilidade, de compreensão, legitimidade, dignos de direitos.

Nesse sentido, não seria apenas a matriz heterossexual que exclui esses corpos. Assim como cada indivíduo produz, digamos assim, sua abjeção, seus fluidos, sua morte, cada sociedade, cada grupo humano, com sua própria matriz de inteligibilidade, produz suas exclusões, isto é, seus seres/corpos abjetos. (PORCHAT, 2015, p. 43).

A autora prossegue dizendo que apesar de associarmos a abjeção aos corpos de pessoas trans, essa envolve muitos outros tipos de corpos: de pessoas com deficiência, pacientes psiquiátricos, pobres, imigrantes, entre outros; fazem parte dessa categoria de inteligibilidade, de corpos que não possuem suporte e vidas que não são compreendidas (BUTLER, *apud* PORCHAT, 2015, p. 43). “Ainda assim, no raciocínio de Butler, somos vidas precárias – afinal, a produção de nossa própria abjeção, nossa morte, aponta fundamentalmente para isso.” (PORCHAT, 2015, p.43) e nesse sentido que a busca é por ampliar o campo de inteligibilidade e reconhecimento.

Carla Rodrigues e Paula Gruman (2021) apontam um importante posicionamento da filósofa Judith Butler acerca da abjeção, no qual compara com o pensamento de Mary Douglas e Julia Kristeva um entendimento de ver o abjeto como uma “‘torção’, isto é, de um certo reapropriar-se do que é rechaçado pela norma para poder enfrentá-la” (p. 74). As autoras completam ao colocar que,

[...] aquilo que é inteligível só o é em relação a uma norma. Para que exista uma inteligibilidade, é necessário que haja também um ininteligível, visto que o inteligível se constrói e se torna compreensível por meio da rejeição e da recusa de identificação com o que é ininteligível. (RODRIGUES; GRUMAN, 2021, p. 75)

As autoras continuam, ao longo desse mesmo texto, situando que o abjeto é sempre contingencial, não existe ontologia do abjeto. As suas fronteiras são instáveis, se movem e se transformam de acordo com as condições sociais da época (RODRIGUES, GRUMAN, 2021, p. 76). É possível fazer esse paralelo com o conceito de

vulnerabilidade, que também se modificou ao longo do tempo nas áreas da saúde, na área da assistência, nos grupos lidos como minoritários. Segundo Rodrigues e Gruman (2021) “Se pensarmos que aquilo que é abjeto sempre o é segundo um discurso, uma norma, certos parâmetros linguageiros, simbólicos específicos, pensar nos abjetos de uma cultura, entender onde se situam, quem são, pode nos informar sobre a norma.” (p. 76). Dessa forma, pensar quais são as condições que determinam os enquadramentos da vulnerabilidade nos ajuda a olhar para quais sujeitos são também lidos como abjetos. Quais são os corpos que se encontram na zona da abjeção e da vulnerabilidade, como uma forma ameaçadora à norma.

Rodrigues e Gruman (2021) apontam que é preciso pensar o campo do enquadramento e da inteligibilidade que perpassam, necessariamente, sobre a construção de normas. É a partir do enquadramento que podemos analisar quais vidas são inteligíveis e dignas de viver. Elas dizem que “a tarefa é pensar não apenas na precariedade de cada uma dessas formas de vida, mas pensar no que sustenta a condição de possibilidade de manter essas vidas precárias, enquadradas como humanas ou inumanas.” (p. 81).

Olhar para o conceito de normatividade e vulnerabilidade é atentar para as condições que permitem que algumas vidas sejam colocadas no lugar de abjetos, vulneráveis, suscetíveis a violências e abandono. Favero (2019) afirma o olhar para a cisgeneridade a partir de uma multiplicidade, analisando os marcadores sociais da diferença, como raça, classe, local de moradia, ao indicar que nem toda cisgeneridade é igual. Para a autora a relevância desse posicionamento é justamente que possamos indagar os termos anteriormente usados na hora de classificar a norma, do que é único, normal e universal. Afirmar que a cisgeneridade também é plural, acaba por quebrar esse discurso normativo que engessa a individualidade em apenas uma possibilidade de desejo.

Sofia Favero (2019) faz uso do termo *precariedade* de Butler como condição básica da ação política. A partir dessa concepção de precariedade como ontologia social, Favero (2019) anuncia as fissuras que encontramos nessa hegemonia da norma, sem perder de vista a distribuição desigual dessa precariedade.

De fato, determinados marcadores podem conceder reconhecimento de sujeito ou de “cidadão” a certos indivíduos (branco, homem, masculino, cisgênero, heterossexual, magro, etc.), fazendo com que suas vidas sejam afirmadas e resguardadas, mas uma vez concebida a precariedade como ontologia social da vida, precisam ser assumidas também as fissuras que se inauguram a partir do momento que essas mesmas “qualidades” param de funcionar socialmente, ao menos da forma que se espera que elas funcionem. (p. 187).

Essas fissuras, para a autora, podem ocorrer tanto pelos marcadores sociais, na intersecção de raça, classe, religião entre outros, quanto por uma fragilidade da norma. Não é possível enquadrar os corpos sem que ocorram algum tipo de escapamento.

É nessa condição do escapamento dessa moldura da norma que se torna possível pensarmos em pares, em uma precariedade que atravessa a todos e todas. Para Favero (2019) é preciso, entretanto, refletir além dessa norma que escapa, mas de uma norma que também se atualiza. É preciso pensar “nas conjugações possíveis que estão sempre em trânsito” de modo a produzir um compromisso político com esse Outro. Entender que essa dimensão da experiência normativa sempre escapa e se mostra insuficiente nessa proteção da precariedade, isso se dá justamente por uma multiplicidade, inclusive de uma multiplicidade no enquadramento da norma.

3.2 A ambivalência entre *Precariousness* e *Prearity* a partir de Judith Butler

Ao longo de toda essa escrita os conceitos de precariedade e vulnerabilidade são fundamentais para a minha análise. Fiz uso deles nos capítulos anteriores e pretendo me aprofundar mais precisamente agora nas suas diferenças, semelhanças e na minha escolha por qual interpretação pretendo me ater. A começar pelo termo precariedade que utilizo a partir da perspectiva da Butler (2019b), entretanto seu primeiro uso foi pelo autor Robert Castel (1997) ao relacionar a precariedade como conceito político que emerge do neoliberalismo. Castel (1997) analisa a vulnerabilidade a partir de uma precarização do trabalho e fragilidade das relações familiares e sociais.

É por esse conceito que Butler (2019b) também irá constituir seu argumento ao diferenciar *precariousness* e *prearity*⁷: o primeiro faz referência a uma condição precária em que todos nós nos encontramos, enquanto o segundo diz de uma situação precária ao produzir condição política de precariedade. Sendo assim, o *prearity* seria uma situação induzida de precariedade produzida politicamente a determinados corpos. De acordo com a antropóloga Jacqueline Moraes Teixeira (2018) existe uma ambivalência nesses dois termos. A *prearity* é uma situação que induz uma condição política de precariedade, com isso, algumas vidas passam por situações politicamente precárias como a população negra, LGBTI+, pessoas com deficiências, pessoas lidas como loucas, entre outros.

⁷ A tradução desses termos não é simples, por isso escolhi por deixá-los em inglês. Uma tradução possível seria precariedade e precário.

Conforme visto no capítulo anterior a força da normatividade acaba por produzir uma vulnerabilidade em alguns corpos mais do que em outros, induzindo a situações de vidas precárias.

Para Jacqueline Teixeira (2018) a condição induzida de precariedade politicamente acaba por produzir uma condição social enquanto ontologia de vida. Para que isso ocorra é importante que as pessoas enquadradas nessa precariedade induzida acreditem que isso é uma condição ontológica, não sendo possível de mudar. A ideia seria acreditar em uma concepção de natureza dessa precariedade política. Essa ambivalência entre *precariousness* e *precarity* afeta o entendimento de uma vulnerabilidade ontológica, vulnerabilidade utilizo aqui como similar a precariedade (*precariousness*).

Se, então, a *precarity* é colocada como uma ontologia assim como o *precariousness*, todos somos vulneráveis igualmente. Contudo, Butler (2019b) nos convoca a perceber que não há uma ontologia quando alguns corpos são induzidos politicamente para uma vida precária; sendo assim, não somos todos vulneráveis da mesma forma, existem atravessamentos e situações que colocam algumas vidas mais vulneráveis do que outras. A *precarity* diz respeito ao grupo, não apenas a um sujeito individual. Jacqueline Teixeira (2018) atenta ao fato que o Estado, as instituições, produzem precariedade e constroem uma gramática do sentido no qual só nos entendemos enquanto sujeitos precários a partir dessa condição.

Essa produção de precariedade para alguns grupos acaba por gerar formas de resistência na busca por reconhecimento e direitos. Nesse sentido, a memória apresenta uma força imprescindível ao contestar essa precariedade como ontológica. Quando falamos de uma memória de corpos lidos como abjetos, o que esperamos dela? O campo da memória e resistência nos ajuda a olhar para tais corpos ao longo da história e o que foi sendo produzido como cenas de reconhecimento. Essa distinção de usos do *precarity* e *precariousness* ajuda na construção do meu argumento diante dos sentidos da vulnerabilidade e da sua ambivalência na produção do cuidado. Faço uso das obras e conceitos utilizados por Judith Butler, na qual a tradução, às vezes não me parece de densidade. Devido a isso escrevi esse breve capítulo sobre essa diferenciação para agora poder pensar na desproteção de algumas vidas e na precariedade induzida.

3.3 Os sentidos da Vulnerabilidade

O debate ao redor do conceito de vulnerabilidade não é algo novo no campo das discussões sobre políticas sociais. Monteiro (2011) diz que esse é um tema complexo por ser constituído em diversos campos e dimensões, como o econômico, o ambiental, o da saúde e dos direitos. Para a autora esse conceito ainda permanece em constante construção ao olharmos para a atualidade e como ele foi sendo modificado ao longo do tempo. Esse termo é intensamente convocado ao falarmos de um público que demanda assistência e amparo.

Sendo assim, considero importante realizar um breve levantamento do que foi construído ao redor desse termo nos documentos das políticas públicas. Entretanto, não tenho como objetivo realizar uma análise profunda desses documentos, mas sim lançar luz de como o conceito de vulnerabilidade tem aparecido e de que forma isso costura o que tenho discutido ao longo dessa escrita. Como aponta Camilla Marques, Anitta Bernardes e Pricilla de Oliveira (2019), “problematizar as políticas sociais requer algo mais do que análise/discussão de documentos oficiais; torna-se necessário amarrar histórias múltiplas, forjadas em fragmentos, indícios e vestígios do cotidiano” (p. 189), sendo assim, fiz a escolha de colocar algumas falas e cenas do meu percurso de modo a evidenciar a problemática do uso do termo vulnerabilidade.

Monteiro (2011) menciona que a emergência da vulnerabilidade se deu nos anos 90, com o esgotamento do conceito de pobreza, limitando-se a questões econômicas. Ela menciona que,

A temática estava mais voltada para o sentido de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento. Com isso, foram delineados os grupos de risco na sociedade, com uma visão focalizada do indivíduo e não no contexto social que produziu a vulnerabilidade. (MONTEIRO, 2011, p. 31).

A vulnerabilidade associada ainda ao conceito de pobreza constituía-se na análise de indicadores econômicos denominando indivíduos como vulneráveis e os grupos de risco. A pobreza acaba por ser um analisador de quem faria parte deste; que ocupa, então, o lugar que demanda políticas sociais, amparo do Estado e tutela, como forma de tentar minimizar o risco, principalmente, para os ditos invulneráveis. A autora aponta a produção e concepção do risco como uma determinante importante ao analisarmos o conceito de vulnerabilidade, visto que é comum uma confusão e entrelaçamento entre

essas duas concepções. A noção de risco é associada a um comportamento individual e de previsão (MONTEIRO, 2011, p. 30), sendo então um fator que pode colocar o indivíduo em uma situação de vulnerabilidade social. A exposição ao risco no qual o sujeito se encontra é um determinante para a vulnerabilidade, sendo essa uma abordagem muito focalizada na produção de um risco do próprio sujeito consigo mesmo, podendo ser evitada por ele.

Ora, se o incômodo fosse o risco que os indivíduos pobres estão sujeitos, a mobilização seria em torno de entender e analisar o que tem feito parte desse processo de empobrecimento, quais os fatores que colocam sujeitos na pobreza, o que impossibilitam esses sujeitos de terem uma vida mais digna no que tange acessos e direitos. Ao contrário disso, o incômodo de denominar quem faz parte do grupo de risco acaba por proteger apenas os que são lidos como invulneráveis, como se diminuir o risco fosse importante para a proteção de quem o produz, e não de quem pertence a ele. Essa é uma das problemáticas ao redor dos fatores de risco como uma concepção voltada para os comportamentos dos indivíduos.

Quando deixamos de analisar o que está produzindo o empobrecimento, o risco, a vulnerabilidade, acabamos por sustentar a lógica que exclui alguns sujeitos. Não há uma modificação nessa incessante produção de precarização, o que se encontra é um modo paliativo de lidar com os sujeitos em vulnerabilidade. É um grupo que ocupa esse lugar devido a sua exclusão, devido a sua pobreza, a sua falta de acesso, de moradia, de poder de compra, diante de suas vidas que não são consideradas vidas dignas, diante de suas mortes que não são publicamente sentidas.

De acordo com o documento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a vulnerabilidade é utilizada como forma de determinar seu público alvo, sendo,

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal decorrente de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do grupo familiar, grupo e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS/2004, p. 33).

A situação de vulnerabilidade aparece como um público que pode representar risco pessoal e social, caso não se elimine ou trate dessa vulnerabilidade. O termo aparece indicando uma forma orgânica, delimitando as pessoas que fazem parte dele, porém sem

se ater ao que constitui essas condições de vulnerabilidade. Paulo Viana (2013) faz uma crítica a essa descrição de vulnerabilidade presente no PNAS/2004, na qual não se coloca explicitamente a descrição do conceito, induzindo a um entendimento autoexplicativo, natural e orgânico, sem necessidade de descrição.

O documento citado coloca exemplos do que poderia gerar a vulnerabilidade, sendo: pobreza, falta de renda, dificuldade ou ausência de acesso aos serviços de saúde e serviços públicos,

[...] fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostos famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado. (VIANA, p. 75).

As citações de situações de vulnerabilidade são bastante amplas e, em se tratando de um país com imensa desigualdade, não é difícil encontrarmos sujeitos que passem por essas situações e se tornam então vulneráveis. Viana (2013) pontua:

A vulnerabilidade é apreendida como situação a ser evitada e/ou constrangida. E os vulneráveis e suas famílias, tornam-se 'demandantes' de uma intervenção dos operadores técnico-sociais responsáveis por oferecerem caminhos e propostas de superação da situação vivenciada. Tais propostas produzem e são produzidas em meio a uma complexa rede de saber/poder que engendra e modula processos de subjetivação. (p. 75).

O autor denuncia de que modo a vulnerabilidade é encarada como uma natureza, não necessitando de explicações ou descrição. Parte-se dela para apontar os grupos vulneráveis: a população pobre, desempregada, sem moradia, sem acesso aos serviços de saúde, entre outros. Com isso, é muito comum vermos projetos sociais utilizando esse termo como modo de delimitar seu público e, principalmente, determinar os serviços oferecidos. Serviços que investem na tentativa de conduzir a um fim da vulnerabilidade ao mesmo tempo em que justificam sua importância devido a ela.

Monteiro (2011) relata a ambiguidade presente na tentativa de entender como o termo da vulnerabilidade social tem sido utilizado. A autora comenta que o uso da vulnerabilidade nos órgãos internacionais substitui o termo exclusão social e convoca como orientação de cada vez mais intervenções dos Estados na formação de políticas públicas como enfrentamento a essa vulnerabilidade. Ela destaca que essa orientação tem sido presente, principalmente, em países considerados periféricos e em desenvolvimento como forma de diminuir a desigualdade social.

As contradições do termo vulnerabilidade envolvem tanto uma ideia de individualização do problema quanto um olhar diante das realidades sociais. Essa

ambiguidade é encontrada no levantamento feito por Monteiro (2011) e uma de suas considerações consiste em que o enfrentamento da vulnerabilidade e risco se dá dentro da lógica paliativa atrelada aos sujeitos, sem considerar as estruturas sociais.

Essa imprecisão, ou compreensão isolada da vulnerabilidade social, seja adjetivada ao sujeito, seja atrelada à perspectiva do risco, desconecta da análise das estruturas da sociedade capitalista podem conduzir à manutenção status quo da ordem capitalista. Ou seja, uma sociedade direcionada por uma lógica hegemônica de concentração e expansão de relações fetichizadas pelo domínio do mercado e do lucro, provendo apenas as condições para manter minimamente os indivíduos, contrária à democratização da riqueza socialmente construída pelo conjunto dos trabalhadores que tem ações de proteção social no campo paliativo e de reprodução das desigualdades sociais (MONTEIRO, 2011, p .38).

O apontamento feito pela autora de uma lógica que mantém as estruturas desiguais está em diálogo com o que Judith Butler (2018) aborda sobre a distinção feita entre vidas consideradas vulneráveis e vidas invulneráveis. Nessa lógica de manutenção, algumas vidas são mais consideradas do que outras, possuem mais suporte, recurso, condições de sustentação do que outras. Essas condições e esses suportes passam pelos mais diversos campos e são diretamente atravessados pelos corpos desses sujeitos.

A seguir transcrevo, do relato coletivo da equipe de psicólogas e memórias pessoais, uma cena que nos ajuda a entender o que estou nomeando de suporte à vida:

Era uma terça-feira à tarde e estávamos iniciando o grupo terapêutico da Casinha. Nesse encontro um dos participantes tomou a palavra e contou um pouco de sua história. Ele, homem trans, em torno de seus 21 anos, tinha saído da Argentina para morar no Brasil. Sem nos dizer muito diretamente uma única razão para a sua vinda para cá, ele consegue transmitir algumas situações de violência que vivenciava em casa. Nos conta que morou inicialmente em uma república e atualmente estava morando com uma conhecida. Falava de seu desejo de entrar na universidade e de algumas aulas que conseguiu comparecer como ouvinte na Escola de Comunicação da UFRJ. A Casinha, através de uma parceria com o projeto Descomplica, conseguia disponibilizar a senha para acesso de aulas online preparatórias para o ENEM. Ele chegou a assistir algumas aulas, mas não concluiu, nos disse que não conseguia tempo e concentração para estudar. Ele também era acompanhado pelo CAPS e precisava de suporte para receber auxílio financeiro. Tentamos articular contato com o CRAS para que ele pudesse articular algum benefício. Lembro que depois de um bom tempo do encerramento do grupo, no ano pandêmico de 2020, durante uma live feita pela Casinha sobre saúde e

serviço social, ele comentou agradecendo todo o suporte que demos e que salvamos a vida dele.

A cena relatada acima coloca em exposição vidas que possuem menos suporte devido ao seu gênero e condição socioeconômica, e tais dificuldades enquadram essas vidas na vulnerabilidade social. Entretanto, de forma concomitante, é preciso pensar no que implica abordarmos essas questões com o viés da vulnerabilidade, que efeitos esse enquadramento produz e em que medida aponta para uma ilusória invulnerabilidade.

Quais as consequências de distinguirmos essas vidas? A distinção de corpos vulneráveis implica a invulnerabilidade de outros. Isso permanece produzindo a manutenção dessa lógica paliativa apontada por Monteiro (2011) Ao mesmo tempo há um impasse em dizer que somos todos vulneráveis; podemos cair no erro de uma generalização e esvaziamento da complexidade do problema que enfrentamos ao falarmos de populações mais afetadas pelas desigualdades. Butler (2021) questiona o fato de dizermos que alguém é vulnerável sem estar nessa condição de vulnerabilidade. Isso acontece quando utilizamos a frase “somos todos vulneráveis”, ou seja, ao nos referirmos a uma vulnerabilidade ontológica.

O conceito de enquadramento descrito por Butler (2018) contribui para essa análise que distingue vidas vulneráveis das que não são. Angela Marques (2018) diz que “enquadrar uma cena ou um sujeito significa definir os modos de apreendê-lo, julgá-lo e definir ações a ele dirigidas” (p. 461). Ao determinarmos vidas que são vulneráveis, estamos determinando um enquadramento, determinamos um recorte, considerando o que fica dentro e também o que fica fora desse enquadramento.

Os enquadramentos indicam como vamos olhar e encarar os modos de vida, quais vidas vão possuir mais valor do que outras, quais serão mais merecedoras de viver algo melhor. Como Butler (2018) aponta, “esses enquadramentos não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecer e identificar a vida, mas constituem condições que dão suporte para essa mesma vida” (p. 44). Sendo assim, o enquadramento é responsável por precisar quais vidas encontrarão mais suporte. Ao explicar a ideia de enquadramento, Butler (2018) faz uso do exemplo da moldura de um quadro. A autora coloca o funcionamento da moldura como um embelezamento da imagem, direcionando uma interpretação.

Para ilustrar a ideia de moldura como interpretação, Butler dá o exemplo de uma situação na qual se é incriminado com uma falsa acusação. De acordo com essa análise,, o enquadramento refere-se à moldura como parte de uma interpretação do que está sendo exposto, como se tratasse de uma armação, de algo falso ou interpretativo diante de uma moldura. Nesse questionamento, a autora diz que ela nunca contém de fato a cena que se propõe ilustrar, que já há sempre algo de fora, algo que ultrapassa a moldura (BUTLER, 2018, p. 24). A moldura, nessa perspectiva, tenta modificar a cena, o conteúdo do quadro, moldando a forma de olhar e perceber o que ele contém.. Entretanto, tem algo que escapa desse enquadramento, o “enquadramento não é capaz de conter exatamente aquilo que transmite” (p. 26).

Retomando a questão da vulnerabilidade, essa moldura é usada muitas vezes como forma de dizer quais as cenas que determinam a vulnerabilidade, como pontua Angela Marques (2018),

Sujeitos empobrecidos costumam ser enquadrados pelo discurso midiático e institucional através do uso de molduras valorativas que se repetem sem muitas diferenciações. Contudo, é na repetição de enquadramentos que podemos verificar suas falhas em apreender a complexidade, as dissonâncias, os dissensos e as inquietações do real. (MARQUES, 2018, p. 462).

A partir desse debate do enquadramento, do que escapa e do que permanece, é preciso saber quais são as operações que tornam sujeitos reconhecíveis e outros não, como se tem produzido esses sujeitos politicamente precarizados. Butler (2018) questiona como o debate do enquadramento se relaciona com a precariedade da vida. Pergunta se então seria o caso de produzirmos novos enquadramentos que produzissem novos conteúdos de apreensão sobre a vida dos sujeitos, aumentando assim a possibilidade de reconhecimento.

Porém, a filósofa afirma que, apesar da importância dessa ampliação, ela poderia escamotear a problemática sobre a forma de ver esses sujeitos enquadrados. “O que acontece quando um enquadramento rompe consigo mesmo é que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestrados da autoridade que procurava controlar o enquadramento.” (BUTLER, 2018, p. 28).

Nesse sentido, o que se sugere não é poder atribuir novos enquadramentos ou incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim perceber como essas normas e esses enquadramentos distinguem vidas vulneráveis das invulneráveis, distribuindo o reconhecimento de forma desigual. Quando pessoas LGBTI+ são enquadradas em

populações vulneráveis sem discussão, o que se observa é uma abertura de políticas sociais para essas pessoas em conjunto com uma repetição de molduras valorativas do que se entende por vulnerabilidade.

3.4 Entre a Memória, o Reconhecimento e a Vulnerabilidade

Considero importante refletir sobre o índice de vulnerabilidade levantado em alguns documentos diante de corpos LGBTI+ e indagar o que eles indicam como vulnerabilidades desses sujeitos, pensando também de que modo as reverberações dessa concepção são tratadas do campo das políticas públicas. Afinal, que condições colocam sujeitos LGBTI+ em vulnerabilidade? O que está sendo entendido como vulnerabilidade ao enquadrarmos esses sujeitos? O uso do termo vulnerabilidade utilizado pela ONG e outras instituições ao falarmos de pessoas LGBTI+ não seria uma forma de legitimar as necessidades desses sujeitos, como se fosse preciso colocar em molduras valorativas da pobreza, da precariedade para que se volte o olhar para essas pessoas, para que se entenda o sofrimento produzido e, principalmente, para que se produzam políticas públicas voltadas para pessoas LGBTI+?

Nessa disputa pela legitimidade dos corpos, alguns são lidos como mais legítimos do que outros; uns desses corpos importam mais do que outros. Os corpos vulneráveis seriam então os que possuem menos importância. Berenice Bento (2014) utiliza o termo “cidadania precária” ao se referir aos corpos ilegítimos.

A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo. (BENTO, p. 167).

Partindo dessa concepção de cidadania precária, a elaboração desse lugar de ser sujeito no mundo para a maioria das pessoas LGBTI+ no Brasil é contada por uma história de muitas negações, falta de reconhecimento, violências e assujeitamento, marcada por diversos atravessamentos de ausências, seja nos espaços públicos, nos serviços de saúde, no acesso à cultura, entre outros.

Resgato do diário de campo, produzido pela equipe de psicólogas da *Casinha*, uma situação que me remete a essa negação da condição de humano e cidadão. Durante o

segundo encontro do mês de abril de 2019 do grupo terapêutico da *Casinha*, estavam presentes oito participantes e surgiu o tema das relações familiares. Um dos participantes chegou muito transtornado e conta de uma agressão que tinha sofrido no ônibus na semana anterior. Esse participante se apresentava como *drag* e estava montada quando foi agredida. Um homem lhe deu um tapa no rosto e depois a empurrou. Logo em seguida, fala como sua família não acredita em homofobia e como seus pais são “a favor do governo Bolsonaro”.

Após ser agredido, relatou ao pai o ocorrido. O pai lhe disse para “parar de drama”. Ele “não sabe porque disse isso”, mas respondeu que gostaria “que o agressor tivesse tirado sangue de seu rosto, deixado uma marca, para ver se aí sim, eles acreditariam”. (Retirado do diário de campo de 16 de abril de 2019).

João Silvério Trevisan, em *Devassos no Paraíso* (2018) expõe sua pesquisa sobre a homossexualidade no Brasil e destaca que foram inúmeros os casos de repressão contra pessoas LGBTI+ que não chegaram a ser noticiados. Só se tornavam públicos quando havia um interesse sensacionalista para divulgação da mídia. Para Trevisan “era graças a esse silêncio tácito que esses incidentes repressores nem sequer chegavam ao conhecimento coletivo, como se nunca tivessem existido nem constituíssem um problema social” (2018, p. 23). De acordo com o que o pesquisador aponta, o silêncio diante das inumeráveis violências contribuía para um apagamento desses corpos, como se o que fosse relatado não pudesse ser verdade, se encontrasse apenas num delírio ou exagero. A memória entra em cena como um campo que nos ajuda a pensar as marcas nos corpos de pessoas LGBTI+ ao longo da história e de que forma esses sujeitos foram criando suas próprias formas de proteção e resistência.

A memória serve para que possamos produzir inteligibilidade sobre o passado (VÁZQUEZ, 2001). Recordamos através de narrações, estabelecendo relações entre acontecimentos, pessoas, temporalidade, história e afetos. Piper Shafir (2020) argumenta que a memória, enquanto performance, tem o potencial de ser uma prática de resistência e uma ação subversiva. A memória e suas políticas constroem um campo de conflito onde o que entra em cena não são apenas as histórias interpretadas do passado conhecido, mas o significado de quem somos como sociedade e nossos futuros possíveis (p. 1). O campo da memória apresenta a capacidade de tensionar lugares hegemônicos, conseguindo abrir espaço para a criação e a pluralidade.

A memória nesse meu percurso está entrelaçada aos momentos nos quais eu convoco as vidas de sujeitos LGBTI+. Dependendo do modo como essas vidas são

encaradas, como vulneráveis, como precárias, como vidas de cidadãos, como vidas de pessoas dignas de viverem uma vida melhor, podem se fazer diferentes recortes de passado e futuros diversos podem ser desenhados. É pelo campo da memória que as histórias relatadas aqui aparecem, memória dos meus registros enquanto psicóloga voluntária, profissional que circulou por alguns espaços e ouviu esses relatos e, principalmente, as lembranças que construímos ao falarmos sobre o que acontece, sobre a falta de acesso, as limitações de circulação dos corpos LGBTI+ e as resistências, as formas de responder a essa falta, com a solidariedade que se cria entre os seus.

Relatar e criar as próprias narrativas é um trabalho de elaboração dos acontecimentos. Não é uma narração fiel do acontecido, mas uma narração da experiência, da violência corporificada que pode criar diferentes passados e diferentes futuros. Favero (2020) parte de uma concepção butleriana da memória e diz que “falar sobre o prisma da memória não se trata de uma mera contação de história” (p. 10), pois ao relatarmos já estamos produzindo alguma coisa nova sobre esse passado, de forma a se distanciar da concepção de uma reprodução fiel sobre um determinado acontecimento. Trata-se, ao contrário, de uma “fabricação constante, relatar é performar, pois nunca é possível deter, no sentido de ter, a própria narrativa.” (p. 10).

Nesse sentido, as falas que escolhi colocar nessa escrita vão na direção de uma fabricação constante junto à teoria que tenho me proposto a pensar. Elas me ajudam na tentativa de alcançar a densidade do tema da vulnerabilidade. Não seria possível falar fazer uma crítica dessa concepção sem a ela contrapor os relatos dos sujeitos que se enquadram nela. A memória se constrói a partir dessas fabricações diante de um passado, que se transforma no presente e possibilita um futuro.

Ao longo dos encontros do grupo terapêutico da *Casinha* me lembro que tinha, inicialmente, a expectativa de encarar um trabalho de escuta rodeado de vivências violentas. Associo essa expectativa da escuta de experiências devastadoras ao olhar habitual de que as vidas LGBTI+ que chegassem ali seriam extremamente vulneráveis. Assim, caberia a elas apenas essas histórias de aniquilamento. Entretanto, nos primeiros encontros isso não aconteceu; não foram narradas as violências, os traumas, as dificuldades, nada disso.

Uma frase que costumávamos ouvir com alguma frequência era “não quero falar sobre as violências, vai pesar o ambiente” e quando alguém falava, logo em seguida anunciava um pedido de desculpas por ter “pesado o clima” (sic). No primeiro encontro

que tivemos, pedimos para cada um se apresentar e falar algo que gostaria sobre si mesma. Duas pessoas se apresentaram, falaram seus nomes e no meio da frase soltaram uma violência que tinha ocorrido. Lembro como fiquei surpresa em ouvir de uma acolhida: “gosto muito de ouvir música e minha avó já tentou me matar”.

Esses sujeitos tinham relatos de violências em suas vidas? Sim, certamente. Mas não eram apenas esses relatos que apareciam ou predominavam, um pouco devido à dificuldade de dizer, um pouco da necessidade de também relatar outros acontecimentos. O que fui notando ao longo desse tempo é que aquele espaço era um lugar de encontros, de laços, de partilha. Essa partilha era sobre as dores, as dificuldades, mas também sobre os desejos e os futuros.

O reconhecimento faz parte de uma importante reflexão sobre a cidadania e a vulnerabilidade. Quem não recebe um reconhecimento como vida legítima, teria sua cidadania preservada? Qual a relação que podemos estabelecer entre a ausência de reconhecimento e a produção de condições de vulnerabilidade? Esses são alguns questionamentos que orientam essa parte da escrita.

De acordo com Butler (2019b) quando não se reconhece o outro como alguém similar a si, constrói-se um processo de desumanização que passa a fundamentar as violências que podem ser exercidas contra ele. Assim, as políticas de extermínio desse outro que não é reconhecido como humano se tornam justificadas. Butler (2019b) nomeia tal acontecimento de violência ética. Diante dela, onde fica a nossa responsabilidade ética? Quais são as cenas de reconhecimento que permitem que algumas vidas sejam entendidas como vidas de pleno direito e outras sejam desumanizadas?

O sujeito passa a existir na cena do reconhecimento. Ele é produzido na ação e na relação, e é no encontro com o outro que ele formula para si uma suposição de alteridade. A alteridade reside no fato de reconhecer o próximo enquanto ele mesmo se constitui como sujeito nessa relação com o outro. Quando este é violentado, a violência que desumaniza e retira o reconhecimento de vidas vivíveis também retira a possibilidade de luto por essas vidas, mesmo as que já não estão mais aqui.

Butler (2019b) chama a atenção para o fato de que algumas vidas não são passíveis de luto (p. 17). Isso quer dizer que o luto delas não é sentido ou expandido publicamente. Evidentemente, as pessoas sofrem e passam por um processo de luto quando alguém querido morre, mas isso não é vivido como um luto público. Se essa vida foi perdida num

situação de violência, o luto público permite que essa morte possa ser sentida como uma vida violada, que deveria ter sido preservada. Apesar do luto não fazer parte da minha análise nesse momento, acredito ser fundamental o posicionamento de Butler (2019b) diante de vidas não enlutadas de modo a entender o diálogo entre o reconhecimento, a vulnerabilidade e a memória. Quando uma vida é perdida estamos diante de um cenário extremo, no qual é possível analisar de que forma aquela vida era sentida em vida, se poderia ter sido protegida, se sua perda será sentida publicamente, se sua cidadania foi respeitada.

Quando não há um luto público, permanece a ideia de que essa vida não precisaria ter sido protegida, pois ela não tem importância. O que a autora questiona é justamente o fato de que algumas vidas têm a sua vulnerabilidade preservada, enquanto que outras não. Para a filósofa, ser passível de luto é condição para que toda vida importe. A condição de enlutável não acontece na morte; é justamente o contrário: ser enlutável é condição para que a vida seja reconhecida em seu valor.

Parte do reconhecimento entra nessa mesma esfera da vulnerabilidade. É preciso identificar as violências que são direcionadas para alguns corpos mais do que para outros, não no sentido de igualar a violência que os corpos sofrem, e sim de olhar para as cenas que constituem o reconhecimento e a proteção de uns, deixando outros à margem. Caracterizar a violência não é algo dado e já pronto; é também entender o que constitui esse reconhecimento.

Butler (2018) indaga, ainda, como as normas operam para tornar alguns sujeitos mais reconhecíveis do que outros e como essas podem ser forçadas. Para a autora, é preciso que a vida seja inteligível para ser considerada como vida, ou seja, é preciso que seja enquadrada em concepções do que é uma vida para se tornar reconhecível. São os esquemas de inteligibilidade que condicionam e produzem as normas (BUTLER, 2018, p. 21). Como já argumentado, algo sempre escapa desse enquadramento, nunca conseguimos ver o quadro todo, sem a moldura.

Esse enquadramento acaba por direcionar o nosso olhar por enviesar o que estamos vendo. Nesse sentido, algo sempre vai escapar desse enquadramento e é nesse lugar do que escapa, do que não estamos vendo como parte do quadro dentro da moldura, que ficam evidentes as condições de vulnerabilidade de alguns sujeitos. Se não conseguimos ver todo o quadro, é possível que alguns fatores estejam ficando de fora.

Como mencionei mais acima, iniciei meu trabalho na ONG com a expectativa do que seriam esses sujeitos em condições de extrema vulnerabilidade, como me foi alertado na própria seleção de equipe. Imaginei casos que envolveriam agressividade, violência, pobreza; entretanto, ao chegar nos atendimentos e conhecer esses sujeitos, não foi o que apareceu. A que isso se deve eu não saberia responder com precisão, e não quero dizer, com isso, que o fato de não ter aparecido afirme que isso não estava ali.

O que pretendo apontar é que antes de conhecermos esses sujeitos já foi nos colocado uma certa moldura de como eles seriam. Isso não se deu pelo acaso, é claro que essa suposição vinha de um lugar, um lugar que nomeamos como vulnerabilidade. Se essas pessoas estão procurando uma ONG de acolhida LGBTI+ é devido a sua vulnerabilidade, falta de assistência, falta de suporte. O questionamento que faço diante disso é: o que acabamos por produzir ao enquadrarmos um sujeito como vulnerável antes mesmo dele aparecer? Quais modulações estamos lhe determinando como forma de justificar e legitimar uma política pública?

Um exemplo sobre as reverberações do enquadramento é o diagnóstico como forma de patologização de sujeitos LGBTI+. A patologização das experiências de pessoas LGBTI+ acaba por produzir uma lógica de tutela desses sujeitos que inauguram uma nova forma de inteligibilidade de seus corpos e de reconhecibilidade. O exercício de diagnosticar, principalmente, corpos trans e travestis com o discurso de abrir a possibilidade para o acesso à saúde é uma forma de ainda tutelar, controlar e precarizar as pessoas em debate. A vida acaba sendo patologizada, enquadrada em nomenclaturas de “transtornos”, “disforia”, “inadequação” com a justificativa de acesso. Bento e Pelúcio (2012) alertam para a força do gênero como categoria de diagnóstico,

O “transexualismo”, por exemplo, é definido como “transtornos da identidade sexual (F64.0)”. Além “do transexualismo”, há o “travestismo bivalente (F64.1), o transtorno de identidade sexual na infância (F64.2), outros transtornos da identidade sexual (F64.8), o transtorno não especificado da identidade sexual (F64.9)”, ou seja, eliminou-se, em 1973, o “homossexualismo” do DSM8 e, em 1975, do CID-10, mas o que assistimos em seguida foi a uma verdadeira proliferação de novas categorias médicas que seguem patologizando comportamentos a partir do pressuposto heteronormativo, que exige uma linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais. (p. 572).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM – APA – e do Código Internacional de Doença – CID – OMS – são centrais no debate sobre a patologização de gênero. Mesmo com as atuais mudanças, como a retirada da transexualidade da categoria de transtornos mentais do CID11, ela ainda permanece

presente na parte de “condições relacionadas à saúde sexual”, enquadrada como “incongruência de gênero”. As autoras Bento e Pelúcio (2012) apontam que se o gênero só consegue sua inteligibilidade ao associarmos a concepção de masculino aos meninos e de feminino às meninas, então a cisheterossexualidade dá sentido às formas de vida. Sendo assim, o que escapa dessas concepções e enquadramentos torna-se uma patologia, e portanto uma questão de saúde.

Sofia Favero (2022) em seu recente artigo sobre o *Ativismo médico contra a diversidade* explora o conceito de nosopolítica baseado no filósofo Michel Foucault (1976) localizando tal conceito como aquele referente à “higienização urbana, responsável por ocultar do social determinados fenômenos identificados como divergentes: pobres, homossexuais, trabalhadoras sexuais, pessoas com deficiência, etc.”. A autora utiliza esse conceito para falar sobre a organização da sociedade que passa a ser orientada pela medicina e pelo ideal de saúde; porém, contesta as regulações dos profissionais quanto ao que se entende como ser saudável.

A escritora, partindo da noção de nosopolítica de Foucault, observa que enquanto a família era responsável pela consolidação da concepção de “povo”, a população era responsável pela ideia de saúde. Mostra que “povo” e “heterossexualidade” eram duas noções que se confundiam, construindo uma concepção de saúde e de regulação desses corpos de modo a fortalecer o dispositivo da sexualidade. Como ficaria, então, o imaginário do que seria saúde e do que seria doença a partir dessas regulações? A psicóloga Sofia Favero (2022) conceitua como nosoativismo a busca pelo desempenho de uma ciência que precisa parecer amoral e ilocalizável, mesmo que todos e todas nós sejamos localizáveis. Para ela, o nosoativismo atua diretamente na categoria de humanidade, construindo as fronteiras entre o “normal” e o patológico, entre vidas vivíveis e vidas invivíveis, a partir do discurso de neutralidade e de poder dos profissionais de saúde.

O debate de nosoativismo convoca a analisar de onde vêm as ordens discursivas sobre os corpos e, com isso, de onde surge a necessidade de diagnosticar o gênero. Nesse mesmo sentido, pode-se analisar o discurso da vulnerabilidade. Não seria a discursividade sobre “normal” e patológico também um produtora dessa vulnerabilização de corpos LGBTI+? No seu argumento final, Favero (2022) indaga se é possível ter “saúde trans”; pergunta o que acontece quando essas pessoas são retiradas da participação de seus próprios cuidados e o que essa lógica diz de uma construção democrática. Tais indagações

são de extrema importância para se pensar o tema da vulnerabilidade como um conceito de aplicação incontestável. Torna-se fundamental atentar para o que permeia essa lógica do cuidado restrito aos ditos invulneráveis. Não caberia a nós escutar os sujeitos a quem nomeamos como invulneráveis?

A memória, o enquadramento e a patologização se articulam na problemática da vulnerabilidade que trago para o debate. Lembro aqui do encontro do grupo de cuidado às pessoas trans e não binárias e do modo como se referiam ao roteiro que precisa ser seguido no atendimento com o médico que os atende para a avaliação da cirurgia. Em paralelo ao uso que se tem feito do diagnóstico, a noção de vulnerabilidade pode ganhar força como norma tutelar, de controle sobre as vidas. Quando é preciso verificar, através de um roteiro prévio, quem pode ter acesso as políticas públicas, a assistência, a saúde, isso também não seria uma patologização? A vulnerabilidade acaba por ser descrita como um diagnóstico muitas vezes, como algo que precisa de tratamento. Enquadramentos como o nível de pobreza, de sofrimento, de falta de assistência se tornam condições para que possamos intervir.

É a lógica da necessidade de diagnosticar, sem nem mesmo ver o sujeito, que se apresenta na cena. Ela pretende dizer quem são os vulneráveis, caracterizá-los enquanto um grupo, enquanto um grupo que “pelo acaso” encontra-se nesse lugar e precisa cumprir requisitos para comprovar sua vulnerabilidade ao acessar alguns direitos. Bento e Pelúcio (2012) discorrem sobre a importância de politizar o gênero; nesse mesmo sentido, é preciso politizar a vulnerabilidade. Com isso, entendê-la em sua situacionalidade e contexto que operam para a alocação de indivíduos em lugares desamparados e desprotegidos.

Além disso, humanos e outras criaturas dependem do apoio e infraestruturas, de maneira que isso expõe uma vulnerabilidade específica que temos quando ficamos sem apoio, quando as condições de infraestrutura começam a se decompor, ou quando nos encontramos radicalmente sem apoio em condições de precariedade. Agir em nome desse suporte, sem esse suporte é o paradoxo da ação performativa plural em condições de precariedade. (BUTLER, 2019a, p. 72).

A vulnerabilidade ilustra, então, essa complexidade e ambiguidade. Por um lado, o enquadramento e afirmação nesse lugar conseguem possibilitar a produção de políticas sociais e amparo, enquanto que, por outro, encontramos-nos submetidos aos arranjos e condições dessas molduras valorativas. O perigo disso é limitarmos essas vidas ao esperarmos sempre uma vulnerabilidade visível, que deve aparecer nas narrativas, nos corpos, no modo de vida.

Dizemos da vulnerabilidade de uns, implica a invulnerabilidade de outros; implica dizermos de vidas que são mais dignas e outras que alcançam alguma valoração de dignidade devido ao enquadramento da vulnerabilidade. É esta, então, que acabaria por colocar essas vidas em um lugar de visibilidade, um lugar que demanda cuidado. O que permanece como questão é que tipo de visibilidade tem sido possível nessa valoração da vulnerabilidade. Qual entendimento de vulnerabilidade estamos mensurando como legítima na visibilidade desses corpos? Seria preciso, diante dessa cidadania precária, encarnar um certo grau de vulnerabilidade para ser merecedor de políticas de cuidado? A vulnerabilidade possibilita uma visibilidade de sujeitos apagados, uma visibilidade pelo viés do sofrimento? Qual seria a relação entre vulnerabilidade e proteção? Seria o enquadramento desta o determinante para pensarmos em políticas de proteção?

O que se observa diante desse enquadramento é que ele não serve para produzirmos um modo de sustentarmos as vidas; o que se produz são apontamentos sobre o risco e sobre modos de se distinguir dos vulneráveis. A vulnerabilidade se torna um enquadramento de morte, enquanto a ideia é podermos pensar em formas que sustentem a vida. A vulnerabilidade inicia seu trajeto na pobreza, mas ao invés de compreender o processo de empobrecimento que coloca os sujeitos em condições de precariedade, analisa-se apenas os indivíduos que preenchem os indicadores de vulnerabilidade. Esses indicadores servem para a produção de políticas sociais e construção de serviços. Como é o caso de pessoas LGBTI+ quando enquadradas nessa condição de vulnerabilidade.

A produção de políticas sociais, acesso e reconhecimento está associada a um discurso que garanta a legitimidade diante dessas ações. Sendo assim, é exigido desses sujeitos precarizados formulários e enunciados que comprovem essa precariedade (MARQUES, 2018; FASSIN, 2009). Quanto mais precário for o sujeito, mais acesso a políticas sociais ele terá, porém é preciso provar essa precariedade diante de alguns mecanismos selecionados. Entre os possíveis mecanismos de legitimidade, o formulário é um muito utilizado como forma de atestar essa condição do sujeito vulnerável.

A ONG *Casinha* utilizava um formulário (anexo 1) construído pela equipe de Saúde para enviar aos interessados em participar do grupo de psicoterapia e também para encaminhamento para profissionais de psicologia parceiro. Esse formulário continha em torno de 20 perguntas socioeconômicas e uma aberta para contar o motivo da procura pelo atendimento. Lembro da reunião juntamente com o gestor, um assistente social e as outras três psicólogas do grupo sobre a construção das perguntas no formulário.

Nesse encontro, pensamos em questões que, de alguma forma, nos dessem a resposta sobre o grau de vulnerabilidade em que esses sujeitos se encontravam, visto que necessitávamos fazer uma seleção de, no máximo, oito pessoas para participarem do grupo de psicoterapia. Entretanto, ao lembrar esse momento ao longo dessa escrita, afirmo que só percebi o critério das perguntas que nos auxiliariam nessa escolha quando me deparei com as respostas. Essa constatação indica que havia uma naturalização em nosso olhar para a vida desses sujeitos, na medida em que escolhemos perguntas que atestassem um certo grau de vulnerabilidade esperado.

Sendo assim, perguntas relacionadas ao lugar de moradia se tornaram fundamentais como critério de seleção de vulnerabilidade. Sujeitos que moravam na zona norte, baixada e zona oeste eram mais selecionados. A vulnerabilidade estaria então atrelada a um território também vulnerável. Wanderson da Silva (2018) comenta que, nos territórios considerados vulneráveis pelo poder público, percebeu o abandono em questões relativas à saneamento básico, educação, saúde, políticas de habitação e moradia, mas também notou que se viu

[...] diante de possibilidade de parcerias junto aos moradores das comunidades e das ruas da cidade, de modo a construirmos alternativas e possibilidades de atuação política com homens e mulheres, jovens e crianças de diversos gêneros e orientações que buscavam melhores condições de sobrevivência. (p. 44).

O território apresenta muitas dificuldades devido ao abandono e ausência de políticas públicas, porém lá também é possível, a partir dessa vulnerabilidade, construir em comunidade a assistência necessária.

Em nosso roteiro para a seleção de participantes do grupo de psicoterapia,, perguntávamos se a pessoa possuía cartão do SUS, se possuía algum benefício social e se tinha plano de saúde. Todas essas perguntas nos davam elementos acerca da vulnerabilidade delas e nos permitiam realizar a seleção de quem precisava mais do grupo de psicoterapia. Quanto mais elementos de vulnerabilidade o sujeito apresentava, mais selecionável ele seria. Quero atentar para a delicadeza que é falar sobre isso e me posicionar diante dessa produção. Meu percurso aqui é indagar e estranhar como estamos utilizando o termo da vulnerabilidade e como isso tem se apresentado ao pensarmos o acolhimento das pessoas. Ao analisar o conceito de vulnerabilidade, percebo não apenas a ambiguidade nas políticas sociais, como também o fato de que atrelado a ele se espera a passividade dos sujeitos enquadrados que, no entanto, também são capazes de construir estratégias de resistência.

Outra análise diante dessa vulnerabilidade enquanto categoria utilizada é o índice de vulnerabilidade – VLC – LGBTI+ à covid-19 citada pelo VoteLGBT de 2020, com o objetivo

[...] de identificar de maneira tangível essas diferenças, os demógrafos Fernanda e Samuel desenvolveram uma métrica para medir o índice de vulnerabilidade da população LGBTI+ em relação ao novo coronavírus, que nos informa as diferenças de risco e impactos da doença neste grupo. (p.24).

Nesse relatório, já relatado no capítulo 2 sobre os impactos da pandemia de covid-19, é analisado fatores e respostas das pessoas LGBTI+ diante da exposição à covid. O relatório expõe uma Tabela 1 com esse índice de vulnerabilidade dentro da própria sigla:

Tabela 1: Relatório de índice de vulnerabilidade de pessoas LGBTI+ à covid.

| GRUPOS | ÍNDICE DE VULNERABILIDADE | RENDA E TRABALHO | EXPOSIÇÃO AO RISCO | SAÚDE |
|----------------------|---------------------------|------------------|--------------------|-------|
| LGBT+ | 0,488 | 0,293 | 0,751 | 0,420 |
| Cis | 0,485 | 0,287 | 0,753 | 0,415 |
| Mulher cis* | 0,499 | 0,314 | 0,757 | 0,426 |
| Homem cis* | 0,474 | 0,266 | 0,750 | 0,407 |
| Trans | 0,520 | 0,353 | 0,733 | 0,475 |
| Branco/Asiático | 0,470 | 0,272 | 0,754 | 0,384 |
| Preto/pardo/indígena | 0,519 | 0,328 | 0,746 | 0,482 |
| Lésbica | 0,491 | 0,302 | 0,753 | 0,418 |
| Gay | 0,473 | 0,261 | 0,754 | 0,403 |
| Bissexual | 0,509 | 0,336 | 0,750 | 0,441 |

(VOTE LGBT – Diagnóstico LGBTI+ na Pandemia, 2020)

As faixas do VLC correspondem como muito baixa entre 0 a 0,200, a baixa até 0,300; média até 0,400; alta até 0,500 e grave a partir de 0,500. Quanto mais próximo de 1, maior é o grau de vulnerabilidade. A utilização desse VLC é uma forma de embasar todo o relatório ao descrever as dificuldades dos sujeitos LGBTI+ durante a pandemia, de modo a justificar seu enquadramento de vulneráveis. Uma das potencialidades

apontadas no relatório sobre o índice VLC é transformar um tema de grande complexidade em um número e escala de fácil entendimento, ao mesmo tempo, há o reconhecimento de ser uma simplificação da realidade “e nem é a única maneira de reflexão sobre as políticas de inclusão e proteção de LGBTs+, mas é um ponto de partida para discutirmos as nuances de vulnerabilidades dentro deste grupo” (p. 25). Esse relatório nos aponta fatores como renda, saúde e exposição ao risco como parte fundamental da construção desse índice de vulnerabilidade, pontuando as diferenças desse grau de vulnerabilidade dentro da própria sigla. –

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, o relatório aponta que as desigualdades presentes no Brasil, como dificuldade de renda e trabalho, acesso à saúde se somam as exclusões sofridas por pessoas LGBTI+, deixando esses sujeitos à margem, sem suporte para enfrentar ou contornar esta crise. Essa colocação de índices de vulnerabilidade acaba por escancarar a distribuição desigual da vulnerabilidade. Tanto na tabela construída pelo relatório do VoteLGBT, quanto nas perguntas criadas para selecionarmos quem poderia participar dos grupos gratuitos de psicoterapia da *Casinha*, vemos uma similaridade: as condições sociais como fator determinante para essa vulnerabilidade. Sendo assim, fatores como renda e acesso a saúde constituem formas de delimitar que entra na concepção de vulnerabilidade.

Um dos caminhos utilizados como forma de enquadrar essas vidas no requerimento de proteção é sua categorização como vulneráveis. A vulnerabilidade e o risco acabam sendo usados como forma de gritar por proteção para essas vidas, proteção que acaba aparecendo no formato de um amparo do Estado, assistencialista e, muitas das vezes, simplista. O que é possível é que a vulnerabilidade parece já estar ali, como se não fosse algo a ser produzida diante das desigualdades sociais. Luis Felipe Hecktheuer e Arisson Gonçalves (2014) relatam “que a noção de vulnerabilidade apresenta-se de uma maneira autoexplicativa, que não carece de maiores complexificações.” (p. 8). Os autores questionam a universalidade desse conceito, como se fosse fácil convocá-lo ao delimitar o público dos projetos sociais, visto que todos sabem o que quer dizer vulnerabilidade.

Sendo assim, sujeitos que se encontram em situações de violência mais frequentemente ou habitam territórios entendidos como violentos, são imediatamente colocados nesse lugar de vulneráveis. O que vemos é que não se contesta a produção dessa vulnerabilidade, mas utiliza-se o conceito como dado, como forma de construir políticas públicas apontando quem é o alvo delas, mas deixando de fora algo dos sujeitos

que compõem esse quadro. Escapar dessa concepção de vulnerabilidade autoexplicativa possibilita olhar para uma etapa anterior, sobre o que faz com que algumas vidas não estejam protegidas. De forma alguma a sugestão é por eliminar a noção de vulnerabilidade, mas sim a de poder politizá-la dentro da sua complexidade e contexto social.

Alguns usos do conceito de vulnerabilidade se fazem necessários ao pensarmos em criação de políticas públicas para determinados grupos; entretanto, esses usos apresentam contradições. Assim como alguns usos da noção de vulnerabilidade precisam ser situados como forma de atender a algumas demandas, o mesmo poderia se dizer para os usos do reconhecimento.

Talvez fosse o caso de pensar, no plural, em “reconhecimentos”, na medida em que às múltiplas demandas em ebulição no âmbito social parecem corresponder também formas distintas de pensar o que significa, em cada caso, o “reconhecimento”. (SÁ MARTINO & MARQUES, 2020, p. 4).

Para uma vida se tornar reconhecível é preciso entendê-la a partir das concepções do que é a vida. Parte desse processo seria então conhecer essas vidas, esses corpos e esses sujeitos. Marques e Sá Martino (2020) afirmam que o reconhecimento é um modo de conhecer a sociedade. Conhecer o outro está relacionado ao modo como essa vida é interpretada, que posicionamentos diante da alteridade a colocam em exposição da vulnerabilidade ou em lugar de proteção.

A luta por reconhecimento é também um esforço de mudar a maneira como se é visto e entendido no âmbito social – o posicionamento dentro de uma escala normativa moral não pode perder de vista que o entendimento primeiro do outro se dá no estabelecimento de uma possibilidade de situá-lo dentro de um esquema avaliativo composto de enquadramentos. (BUTLER, 2019b).

Sob esse aspecto, concordamos com a definição que Butler (2019b) elabora para uma ética do reconhecimento, articulando-a com a alteração das condições de vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos em relações de reciprocidade (p.10). Marques e Sá Martino (2020) dialogam com Butler (2019) quando relatam que ao reconhecer as vulnerabilidades se altera o campo da legibilidade coletiva, ao mesmo tempo em que possibilitar inteligibilidade às injustiças é também alterar o quadro normativo que define as vulnerabilidades. O reconhecimento está entrelaçado com as vulnerabilidades ao deslocar essas posições e indagar as definições de aparecimento de um sujeito no campo político (SÁ MARTINO & MARQUES, 2020, p. 11).

Considero importante discorrer sobre o sentido da crítica que faço uso. Em seu ensaio nomeado de *O que é a crítica?* Judith Butler comenta que “crítica é sempre crítica

de alguma prática institucionalizada, um discurso, uma episteme, uma instituição” (p. 159), perdendo seu caráter quando colocada como prática generalizável. É nesse sentido que a filósofa se utiliza do pensamento de Raymond Williams (1976) ao problematizar o uso da noção de crítica como limitada a concepção de ‘apontar defeitos’. O que se apresenta nesse pensamento é olhar a crítica com uma especificidade de resposta que não se generalize rapidamente, mas que ofereça uma nova prática (BUTLER, 2013, p. 160). Escrever é uma forma de se posicionar criticamente diante de uma questão, é fazer o esforço de desnaturalizar conceitos e práticas engessadas. Entretanto, para além de posicionar o problema e dizer qual a crítica que almeja fazer, a pergunta também realiza um “determinado modo de questionamento que prover-se-á central à própria atividade da crítica” (p. 161).

Butler (2013) coloca luz sobre o lado bom de pensar diferentemente uma questão, sem saber de antemão se esse pensar produzirá um mundo melhor. A autora não nos dá a certeza diante dessa indagação e pontua que tal concepção de pensar a crítica não nos dá nenhuma resposta reconfortante, “isto é claro, não significa que qualquer coisa que não se preste a nos reconfortar não constitua, por definição, uma resposta” (p. 163). Nesse trabalho pretendo me apropriar do campo que analiso a partir de um posicionamento crítico enquanto prática diante da categoria vulnerabilidade. Analisar e problematizar o campo das categorizações é um modo de entender o que se tem produzido e constituído. A vulnerabilidade interfere diretamente no modo como estamos pensando os serviços para esses sujeitos; afinal, diz respeito a como essas práticas estão se formando a partir do uso do termo vulnerabilidade. Entretanto, Butler (2013) aponta que:

O principal não é remeter a prática a um contexto epistemológico pré-dado. É, antes, firmar a crítica como a prática que expõe os limites do próprio horizonte epistemológico, fazendo com que os contornos desse horizonte apareçam, por assim dizer, pela primeira vez, no seu limite. (p.166).

É pela crítica que se torna possível pensar a prática e os seus limites, ao contrário de olhar a noção de vulnerabilidade e analisar a partir daí suas consequências na prática. Mas, sim firmar a própria crítica como prática, analisando o que se expõe a partir desse olhar, quais os contornos que a ideia de vulnerabilidade traz consigo e como uma crítica a ela é a própria prática por si só. Como mencionado anteriormente, não há um conforto na resposta desse trabalho nem dessa crítica. Porém, considero que consiga chegar em

algumas pistas de possíveis respostas diante da análise do campo e do termo principal desse trabalho: a vulnerabilidade e seus desdobramentos na produção de cuidado.

Por um lado, é preciso de algo que selecione e diga quem é vulnerável para acessar as políticas sociais; por outro lado, essa seleção acaba por excluir e reafirmar a própria condição de vulnerabilidade, determinando quem está fora dela, quem não precisa tanto assim de políticas sociais, ao mesmo tempo em que o público alvo dessas políticas só existe justamente por estar fora de algum lugar também. Angela Marques (2018), ao dissertar sobre as imagens dos beneficiários do Bolsa Família, coloca uma importante observação:

Exibir-se, exibir a precariedade, relatá-la em narrativas, formulários padronizados e entrevistas com assistentes sociais são exemplos de processos biolegitimadores em que também o corpo é usado como “fonte de direitos”, numa espécie de exigência a priori, de pré condição para o acesso a políticas sociais. Quanto mais deteriorados forem os corpos e os locais de moradia, mais aptos parecem estar os sujeitos a receberem benefícios. (MARQUES, 2018, p. 470).

A autora chama a atenção para a imagem que é produzida de pessoas beneficiárias de programas sociais e de um descompasso que existe diante da imagem produzida e os efeitos disso nas beneficiárias. Um dos problemas enfrentados ao enquadrarmos quem são os vulneráveis é como os profissionais agem diante desse quadro. Marques (2018) aponta que “Profissionais que agem com base em valores e afetos, preocupação ou indiferença, empatia ou indignação, produzem uma economia moral ligada aos processos de implementação de políticas sociais” (p. 471).

Sendo assim, esperamos algo dessas pessoas: que elas demonstrem um grau de vulnerabilidade nos seus corpos, nas suas narrativas, nos territórios que circulam. E caso essa imagem construída não se concretize, a vulnerabilidade desses sujeitos passa a ser questionada. Butler (2021) faz uma observação ao mencionar a utilização de “documentos de vulnerabilidade” que permitem que mais imigrantes atravessem as fronteiras sem se opor a ele, entretanto questiona se “essa conformação específica de discurso e poder chega ao cerne do problema” (p. 143). Esse impasse entre o que o enquadramento da vulnerabilidade possibilita e o que ele deixa de fora é a base para a discussão nesse tópico.

Como bem disse Neusa Santos Souza⁸ (2021) “acolher o paciente implica em aceitar o imprevisto, suportar o tédio, desejar sem exigir e esperar sem expectativa.” Ao

⁸ Neusa Santos Souza foi uma importante psicanalista e psiquiatra brasileira, estudiosa da loucura na qual fez grandes contribuições nos debates sobre racismo, psicanálise e saúde mental. Essa frase encontra-se

estabelecermos mecanismos de legitimidade da vulnerabilidade, sustenta-se uma narrativa já conhecida sobre esses sujeitos que chegam, uma história de possível sofrimento, de ausências, de pobreza, de precariedade e de trauma. Não há espaço para o imprevisto, para o não saber, para a descoberta dessas vidas e para a construção dessas memórias. A memória desses sujeitos fica delimitada pela condição de vulnerabilidade. É como se esta fosse tratada como um diagnóstico desse sujeito que chega aos serviços de saúde e serviços de acolhimento.

A vulnerabilidade passa a fazer parte da identidade do sujeito. Não nos permitimos conhecer as vidas e transitoriedades desses sujeitos, apenas sabemos que precisam de amparo e cuidado diante de seu alto grau de vulnerabilidade exposto. Mesmo que essa vulnerabilidade nunca seja assim tão explicada e determinada, esse parece ser o dado fundamental para propormos cuidado: ser vulnerável.

4.Repensando a política de proteção aos sujeitos ditos vulneráveis

A elaboração de políticas sociais ocorre justamente pela exclusão dos sujeitos, sendo assim, o “sujeito é incluso em uma política justamente pelo fato de estar fora, isto é, em situação de vulnerabilidade” (MARQUES, BERNARDES, OLIEIRA, 2019, p. 194). A vulnerabilidade circunscreve seu público, que são os que se encontram à margem, mas são os mecanismos de controle e tutela que dão forma a essa vulnerabilidade. É como se estar à margem fosse o potencial para os sujeitos se tornarem “perigosos”, demandando uma intervenção e políticas de assistência. As autoras acrescentam que o acesso a direitos e serviços não ocorre devido a vulnerabilidade que os sujeitos se encontram, mas sim ao risco que a vulnerabilidade associada a pobreza, perigo e criminalidade adiciona a esses sujeitos (p. 194). Butler (2021), discorre sobre os importantes usos dos ditos “grupos vulneráveis” na elaboração de políticas sociais, mas não sem alertar o que esta distinção reforça.

Por um lado, o discurso sobre ‘grupos vulneráveis’ ou ‘populações vulneráveis’ tem sido importante tanto para o trabalho feminista a favor dos direitos humanos quanto para a ética do cuidado. Pois, se um grupo é denominado ‘vulnerável’, ele adquire uma condição que lhe permite reivindicar proteção. A pergunta que surge então é: a quem essa denominação é dada e que grupo é encarregado da proteção dos vulneráveis? Por outro lado,

nas paredes do Centro de Atenção Psicossocial Neusa Santos Souza, CAPS II, localizado no território de Bangu, no Rio de Janeiro. É autora da obra *Tornar-se Negro*.

quem tem a responsabilidade pelos grupos vulneráveis se desembaraça da vulnerabilidade graças à prática dessa denominação? (p. 67)

Esse fragmento de Butler (2021) destaca a ambiguidade do termo vulnerabilidade ao reconhecer a sua relevância na produção de políticas públicas e nos questionamentos que essa denominação causa. A denominação da vulnerabilidade possibilita pensarmos em elaborações de suporte a determinados grupos, porém isso é colocado de modo a entender uma invulnerabilidade a outros. Como aponta Butler (2021), é um problema apontarmos grupos “como se já fossem constituídos como vulneráveis ou não vulneráveis” (p. 67). Esse problema consiste em não conseguirmos descrever o que constitui essa vulnerabilidade a alguns e não a outros, inferindo uma vulnerabilidade como parte de uma natureza, de um acaso. Além disso, ao denominarmos um grupo como vulneráveis e demandantes de um cuidado, estamos induzindo que os responsáveis por esse cuidado são os invulneráveis? Como apontado por Butler no texto acima, a responsabilidade pelos vulneráveis retiraria de si o pertencimento dessa nomeação?

Butler (2021) ilustra uma preocupação em ações ditas efetivas de proteção para as populações vulneráveis como formas de controle paternalista. A filósofa coloca em análise uma comparação com a polícia ao buscar “‘proteger’ a população contra a violência e aumentar seu poder carcerário em nome dessa proteção” (BUTLER, 2021, p. 147). Diante disso, ela questiona se não acontece o mesmo ao tentarmos proteger as populações vulneráveis diminuindo sua vulnerabilidade.

Diminuir a precariedade é bom, mas será que essa abordagem capta e se opõe às formas de violência e à economia que lança populações numa precariedade invisível? Por que “nós” não desistimos da opção paternalista, por assim dizer, e aderimos às redes de solidariedade, opondo-nos às formas de dominação social e de violência, ao lado de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e na luta? Uma vez que “os vulneráveis” são constituídos como tais, entende-se que eles ainda mantêm e exercem poder? Ou será que todo poder desaparece da situação de vulnerabilidade, ressurgindo como poder de cuidado paternalista, agora obrigado a intervir? (p. 147)

O questionamento da Butler acima nos convoca a pensar sobre o modo que estamos lendo essa vulnerabilidade como passividade e demandante de intervenção. Acaba por produzir uma condição de vulnerabilidade que necessita de um cuidado do outro, e que apenas o outro tem o conhecimento para tal intervenção. Nesse sentido, é retirado o poder da vulnerabilidade, e junto dele, a resistências e os modos de se fazer existir no mundo.

Françoise Vergès (2021) questiona a resposta que as instituições como o Estado conseguem dar diante das violências direcionadas a corpos que possuem mesmo valor, corpos “sacrificáveis” (p. 5). Para a autora, o Estado é a representação reguladora da

dominação política, econômica e das explorações diante das mulheres, de pessoas LGBTI+, de imigrantes, de pessoas racializadas e por isso, desempenha um papel importante na perpetuação dessa violência. Exigir desse Estado uma resposta diante da vulnerabilidade na qual esses sujeitos são localizados, produzidos por essa mesma instituição, é, no mínimo, complicado.

Vergès (2021) propõe a seguinte pergunta: “como implementar uma desracialização e uma despatriarcalização das políticas de proteção?” Tais questionamentos nos levam a uma outra série de perguntas já apontadas ao longo dessa escrita, como quais são os sujeitos que apresentam legitimidade para a proteção do Estado? A autora aponta a organização de toda sociedade a partir de formas de proteção, para as crianças, para os idosos, para as mulheres, entre outros. O Estado foi tomando aos poucos esse lugar de implementar instituições de proteção. Repensar as políticas de proteção a partir de uma análise feminista, decolonial e antirracista implica em reconhecer a urgência da proteção sem que ninguém seja transformado como vítima ou “fazer da fraqueza um defeito” (p.9), como diz Vergès.

Nesse sentido, a analisar a vulnerabilidade repensando como ela tem sido usada para a construção de políticas de proteção, implica indagar como se tem visto os vulneráveis, atentando o perigo apontado por Françoise de cairmos em uma proteção que seja responsável pela própria condição de vulnerabilidade nas quais os sujeitos se encontram. Determinando vidas que merecem essa proteção e vidas que são descartadas. As vidas que merecem proteção precisam passar por uma série de mecanismos de legitimidade, mecanismos que atestem essa vulnerabilidade e necessidade de proteção do Estado. A autora diz,

As noções de vulnerabilidade e precariedade devem ser pensadas com cautela, pois são utilizadas pelos governos e instituições internacionais em uma abordagem sanitária e social que visa manter os vulneráveis a distância e ocultar os processos de ampliação da precariedade que estão em jogo. (VERGÈS, 2021, p.25).

Judith Butler (2021) aponta que a vulnerabilidade só faz sentido se colocarmos uma lente nas relações sociais, incluindo as práticas de resistência. Segundo Butler (2021) caso a gente não consiga entender que “vulnerabilidade e resistência podem funcionar juntas, corremos o risco de não identificarmos os pontos de resistência criados pela vulnerabilidade” (p.148). Nesse sentido, se tentarmos a todo custo eliminar a vulnerabilidade, estaremos eliminando também as práticas de resistência desses corpos e os modos que eles se mantêm vivos.

Os grupos vulneráveis são notavelmente bem diferentes entre si e visivelmente segmentados: pessoas LGBTI+, população em situação de rua, pessoas com deficiência, população negra, moradores de favelas e periferias, entre muitos outros. Existem algumas políticas públicas que são elaboradas baseadas nas nomeações desses grupos, como por exemplo, saúde para população LGBTI+, saúde da mulher, saúde da população negra. É perceptível como a denominação de grupos vulneráveis orientam as políticas públicas em setores, segmentos, como se essas populações não possuíssem pontos de entrelaçamento.

Mas afinal quem está fora desses grupos vulneráveis? Quem sobra dessa denominação de não vulnerável? Dentre os muitos grupos voltados para saúde de populações vulneráveis, encontramos também Saúde do Homem, sendo assim um grupo vulnerável? Seria um grupo que facilmente, devido as estruturas sociais, nomearíamos como invulnerável, entretanto, ao localizarmos as questões de saúde poderia ser lido como vulnerável, também demandante de uma política social específica. A vulnerabilidade acaba por se apresentar na sua situacionalidade.

Monteiro (2011) menciona um importante trabalho⁹ na América Latina que lança uma outra perspectiva ao redor do tema da vulnerabilidade “ao apontar que os riscos de mobilidade social descendentes não se apresentavam apenas para a população pobre, mas para a sociedade em geral, uma vez que a desproteção e a insegurança transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas” (p. 32). Nesse argumento, a vulnerabilidade aparece de uma forma mais ampla, incluindo não apenas os grupos de “risco”, mas toda a população. Essa dimensão nos ajuda a compreender a vulnerabilidade como uma condição de todos nós, mas também como uma condição situacional, como uma condição que aparece nas relações sociais.

A perspectiva de entender a vulnerabilidade como não apenas ligado ao empobrecimento, mas a uma condição social que envolve a todos possibilita uma ideia de proteção que seja situada, mudando os mecanismos de legitimação da vulnerabilidade. Além disso, é fundamental poder colocar em jogo as operações de violências institucionais que produzem a vulnerabilidade, como forma de tensionar esse campo na sua própria concepção de quem merece proteção e de quem não merece.

⁹ Monteiro (2011) cita o trabalho de Carolina Mozer juntamente com um grupo do Banco Mundial, por meio de pesquisa de estratégias de redução da pobreza urbana (1998).

4.1 Somos todos vulneráveis? O paradoxo da vulnerabilidade

Alyson Cole (2016), ao dissertar sobre a ideia de que todos somos vulneráveis, sendo uns mais do que outros, afirma como esse termo é utilizado na língua global referente a questões de justiça, estudos do meio ambiente, e nos estudos sobre ética, sendo que em todos apresenta uma denotação negativa, incluindo pobreza, violência, injustiça, dano, entre outros. É uma condição a ser evitada, caso contrário um problema a ser resolvido pela securitização (COLE, 2016, p. 264). Nota-se que a universalização do termo é utilizada de forma negativa, ao apontar um problema, uma questão que precisa ser tratada, ou melhor, eliminada. Uma das maneiras utilizadas com o propósito de resolver a vulnerabilidade é separá-la em segmentos, tornar a vulnerabilidade distribuída em grupos na promoção de políticas públicas.

Cole (2016) diz que reconhecer a vulnerabilidade como ontológica, como condição universal, poderia nos impedir de reconhecer o que diferencia a nossa vulnerabilidade da vulnerabilidade dos outros. A autora relata que como nós vivenciamos nossa condição comum da vulnerabilidade difere muito e que existe uma diferença estrutural de quem sofre quais vulnerabilidades (p. 266). Alyson (2016), baseada no pensamento de Butler, difere a vulnerabilidade em ontológica e situacional, “entre a vulnerabilidade que é uma condição de vida [*precariousness*] e as vulnerabilidades que estão inseridas em estruturas específicas de poder [*precarity*]” (tradução livre, p.266).

Essa afirmação nos leva para o questionamento que se a vulnerabilidade é também uma condição da vida, qual o sentido de tentarmos eliminá-la a todos custo? E mais do que isso, por que essa busca incessante pela invulnerabilidade? Seria uma busca para tentar negar a nossa vulnerabilidade enquanto condição da precariedade da vida e, logo, distinguir os que de fato são vulneráveis e precisam de suporte e proteção? Tal proteção seria direcionada aos ditos invulneráveis, de modo a distinguir quem de fato são os vulneráveis e precisam de amparo. Isso indica a necessidade de precisar determinar o que é o outro para assim se definir, uma definição que ocorre através da negação, através do não ser vulnerável, não se encontrar nessa condição que precise de políticas públicas, que precise de suporte. Como se o suporte para os ditos invulneráveis já estivesse dado, e justamente por isso, encontram-se nessa nomenclatura. São vidas vivíveis, vidas que possuem seus direitos legitimados.

Essa distinção acaba por produzir políticas sociais aos ditos vulneráveis, sem muita delimitação e explicação pelo que compõe essa vulnerabilidade, se eximindo dela

enquanto condição ontológica. Entretanto, outro importante apontamento é sobre como as vulnerabilidades não são iguais e existem diferença nessa forma de vivenciá-la. O suporte reconfigura a forma de experienciá-la.

Na concepção de formar segmentos com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade, Pelucio (2011) aponta que as diferenças são vividas como desigualdades em que por um lado, singularizam via estereótipo os indivíduos e na coletividade homogeneiza as singularidades. A autora relata ainda o “paradoxo da diferença” nomeado por Joan Scott (2005) ao citar a criação do Ambulatório para Travestis e Transexuais pela Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Ao criar um serviço especializado e que pretende conferir direitos constitucionais às travestis e aos transexuais, cria-se também um espaço de atendimento apartado, “guetizado” por um lado, mas que, por outro, permite o acesso mais tranquilo e respeitoso a esses segmentos. Ao invés de apostar nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) como ambiente “plural”, criou-se um outro, especializado, que procura contemplar direitos específicos, mas que isola pessoas que vêm experimentando os espaços apartados há décadas. (PELUCIO, p. 81).

A criação de espaços de saúde para populações LGBTI+ segmentados tem se tornado o modo mais comum desses sujeitos acessarem os serviços de saúde. Apesar de por um lado isso tornar o acesso ao serviço mais possível, por outro temos o cerne do problema ainda escancarado. Scott (2005) nomeia como paradoxo uma proposição que não pode ser resolvida, sendo ao mesmo tempo falsa e verdadeira (p. 14). A autora afirma que diferença, igualdade, grupos e indivíduos são conceitos que estão sempre em tensão e “as tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais.” (p. 14).

Joan Scott (2005) faz um importante apontamento sobre as lógicas de exclusão e inclusão do termo igualdade ao dizer que, “os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão” (p. 15). Os termos da vulnerabilidade seguem uma lógica parecida ao negar e reafirmar as condições envolvidas. Ao mesmo tempo em que se reivindica que os corpos LGBTI+ são vulneráveis devido a discriminações, violências, falta de suporte, também se utiliza dessas mesmas condições para se recorrer ao suporte das políticas públicas baseadas na concepção de vulnerabilidade. É preciso provar o quão vulneráveis são para legitimar esse suporte. Encaro nessa proposta de escrita a vulnerabilidade como um paradoxo.

O paradoxo é algo de impossível resolução, mas é possível de perceber de que forma a nomeação da vulnerabilidade a alguns grupos produz políticas de proteção específicas. Essa proteção é necessária, pois como foi argumentado alguns corpos encontram menos suporte do que outros, entretanto, parece ser preciso legitimar, exibir essa vulnerabilidade com o propósito de conseguir essas políticas de proteção. Tal proteção, muitas vezes, é construída por instituições responsáveis pela própria condição de vulnerabilidade de alguns corpos. Nesse paradoxo, o que me parece possível pensar é que tipo de proteção estamos precisando recorrer em nome da vulnerabilidade? Caberia a atribuição de vulnerável apenas a esse lugar de quem necessita de suporte? Ou poderíamos indagar se aos “vulneráveis” também cabe resistência?

Negar a vulnerabilidade também não é possível, além de escapar da questão fundamental do problema das desigualdades estruturais. Assumir e afirmar a vulnerabilidade intrínseca de todas nós como algo que deve ser encarado positivamente tão pouco nos coloca diante de como as desigualdades tem operado. Alyson Cole (2016) aponta para a problemática dessa vulnerabilidade positiva enquanto uma lógica que nutre o espírito capitalista. Ela cita a autora Brené Brown como alguém que construiu sua carreira dividindo o que aprendeu com o desconforto da vulnerabilidade. Para Cole (2016) essa apropriação da vulnerabilidade endossa a ideia de “assumir riscos” e o “empreendimento de si”.

Tal construção da vulnerabilidade como um posicionamento de assumir riscos a todo custo é uma forma de desconsiderar o seu caráter político. Encarar a vulnerabilidade como parte do campo político é entender que não somos todos vulneráveis da mesma forma e “assumir riscos” apresenta diferentes dimensões e consequências para cada corpo, principalmente, quando falamos de corpos que possuem menos proteção e suporte, de vidas menos vivíveis. Politizar a vulnerabilidade é poder suportar o seu paradoxo.

Ferrarese (2016) distingue, na *New Ethics and Feminist Philosophy*, três tipos de vulnerabilidade: a ontológica, a situacional e a patogênica. A ontológica diz respeito à concepção de que somos vulneráveis, estamos ligados uns aos outros. Já a vulnerabilidade situada pode ser alterada nas relações entre os sujeitos, ou seja, depende do contexto. A patológica refere-se a abusos, injustiças ou opressões. Entretanto, a autora alerta que essa tipologia não produz uma solução.

[...] nem que seja porque as injustiças estruturais frequentemente resultam do contexto e das práticas ordinárias, mas também porque as instituições humanas, em seus arranjos circunstanciais, sempre protegem certos indivíduos

enquanto expõe outros a diferentes formas de eventos e erros. Cada vida, cada agência está sujeita a ser explorada ou traída, ou ameaçada por guerras, políticas de imigração ou a raridade de rampas de acesso a edifícios públicos, por exemplo. Na realidade, a vulnerabilidade existe apenas em situações. (tradução livre, p. 153).

Apostar nesse entendimento da vulnerabilidade situacional nos coloca na posição de responsabilidade diante os outros. Somos, então, responsáveis nas relações com os sujeitos que os colocam em vivências diferentes dessa vulnerabilidade. O que acontece é que na tentativa de nos defendermos da vulnerabilidade, estabelecemos proteção violenta aos ditos inseguros, ao que produzem risco devido ao seu alto grau de vulnerabilidade (COLE, 2016, p.265). Geralmente as populações que são mais afetadas são as que sofrem discriminações, são os sujeitos que não possuem suporte. A forma de proteção da vulnerabilidade diante o risco é trancar essas pessoas em lugares que sejam apenas para elas, reafirmando uma certa segregação e diferenciação de uns e outros. Esse exemplo é muito bem evidenciado ao olharmos para a Cidade do Rio de Janeiro e sua territorialização. A qualidade e acesso aos serviços de saúde e cultura oferecidos na Baixada Fluminense e na Zona Oeste e os que são oferecidos na Zona Sul da Cidade. Outro exemplo é o que já anteriormente citado, como a divisão de serviços para determinados grupos.

Uma das problemáticas ao delimitarmos o público para determinados corpos é como isso acaba por os excluir de outros lugares. Quando produzimos serviços voltados para populações LGBTI+, estamos dizendo que já tem um espaço específico voltado para esses sujeitos, mas esquecemos que esses são atravessados por diversos outros marcadores. Eles são corpos LGBTI+, mas também podem ser periféricos, negros, com deficiência, com loucura. Diante disso, relato uma percepção minha enquanto Acompanhante Terapêutica de um CAPS localizado no território de Bangu – Rio de Janeiro. O CAPS II Neusa Santos Souza é um Centro de Atenção Psicossocial que tem como proposta atender sujeitos com graves sofrimentos psíquicos. Tenho notado nesse campo uma ausência de corpos LGBTI+, também não possuem questões relacionados a loucura? Onde eles estão? Ueslei Solaterrar (2020) diz,

Minha pesquisa tem dado a ver que a experiência enquadrada como “transtorno mental”, “doença psiquiátrica” ou “sofrimento psíquico”, como a depressão, quadros ansiosos, síndrome do pânico, uso abusivo e prejudicial de drogas e, até mesmo, o transtorno bipolar, por exemplo, são, em grande medida, efeito da “vida precária do gênero”, do “não reconhecimento da legitimidade do corpo e existência trans” (BUTLER, 2004; TEIXEIRA, 2012) instituídos pela ciscolonidade, pelo cissexismo e pelo racismo estrutural. (p. 244).

A partir disso, a precariedade de gênero teria um lugar exclusivo para ser cuidado? Não seriam também os CAPS, os serviços de saúde como Clínicas da Família, um lugar para acolher esses sofrimentos? O que surge como problemática ao redor desse debate é o seguinte: se os serviços de suporte a vidas LGBTI+ acabam sendo produzidos por gambiarras entre profissionais parceiros, desejantes dessa política de suporte, quando há rotatividade desses mesmos profissionais pela rede, esse suporte é perdido e desmantelado. A proposta elaborada e construída pela médica de família no CMS Heitor Beltrão foi modificada devido à saída dessa médica na unidade de saúde. O serviço que antes era oferecido, passa a não existir mais, devido à falta de suporte nas políticas públicas, o que se tornou possível era uma gambiarra formada dentro dos serviços de saúde como políticas de proteção. A ONG *Casinha* entra nessa mesma lógica de gambiarra na busca por produzir cidadania e saúde LGBTI+. As parcerias com os profissionais de saúde acabam por se dissolver devido ao pouco investimento público nesse tipo de projeto.

É justamente devido a uma Política de Estado que determina quais vidas merecem mais suporte, quais vidas têm sua cidadania preservada, que os movimentos LGBTI+, os profissionais desejantes, os sujeitos “vulneráveis” encontram arranjos para poder tornar a vida mais vivível. Ao mesmo tempo, os arranjos e gambiarras são frágeis e também acabam por correr o risco de serem desfeitos devido a lógica de rotatividade dos trabalhadores nos serviços de saúde, sem que seja mais possível pensar em projetos ao longo do tempo em um mesmo serviço. Os vínculos com os serviços são facilmente rompidos em virtude dos acordos trabalhistas cada vez mais frágeis.

O tema da vulnerabilidade apresenta grande densidade e complexidade, um debate que não se encerra. É preciso lidar com o paradoxo que o tema apresenta, sem que isso signifique uma ausência de posicionamento. Para isso, é de extrema importância politizar a vulnerabilidade, como um caminho nessa encruzilhada de pensar o suporte às vidas LGBTI+. A memória se apresenta como um campo relevante ao contrastar o “somos todos vulneráveis”. É pela presença da memória que se torna possível esse contraste entre as vidas, entre as que lutaram e deixaram um legado que pode ser recuperado através do resgate dessa memória. A resistência é o lugar no qual os corpos encontram uma forma de vida possível, resistir como ato no presente, resistir como um reexistir entre muitos.

5 Considerações Finais: Memória e Resistência

*Fim e começo*¹⁰

Wisława Szymborska

*Depois de cada guerra
alguém tem que fazer a faxina.
Colocar uma certa ordem
que afinal não se faz sozinha.*

*Alguém tem que jogar o entulho
para o lado da estrada
para que possam passar
os carros carregando os corpos.*

*Alguém tem que se atolar
no lodo e nas cinzas
em molas de sofás
em cacos de vidro
e em trapos ensangüentados.*

*Alguém tem que arrastar a viga
para apoiar a parede,
pôr a porta nos caixilhos,
envidraçar a janela.*

*A cena não rende foto
e leva anos.
E todas as câmeras já debandaram
para outra guerra.*

*As pontes têm que ser refeitas,
e também as estações.
De tanto arregaçá-las,
as mangas ficarão em farrapos.*

*Alguém de vassoura na mão
ainda recorda como foi.
Alguém escuta
meneando a cabeça que se safou.
Mas ao seu redor
já começam a rondar
os que acham tudo muito chato.*

*Às vezes alguém desenterra
de sob um arbusto*

¹⁰ Wisława Szymborska, “Fim e começo”, *Poemas*, Companhia das Letras. São Paulo, 2011.

*velhos argumentos enferrujados
e os arrasta para o lixão.*

*Os que sabiam
o que aqui se passou
devem dar lugar àqueles
que pouco sabem.
Ou menos que pouco.
E por fim nada mais que nada.*

*Na relva que cobriu as causas e os efeitos
alguém deve se deitar
com um capim entre os dentes
e namorar as nuvens.*

Em “Fim e Começo”, Wislawa nos diz sobre o que resta após a guerra, sobre quem fica para retirar os entulhos, para refazer as pontes e carregar os corpos, afinal, nada disso se faz sozinho. Essa limpeza após a guerra acaba por ser um trabalho para o esquecimento como uma tarefa de refazer a vida no que restou. Alguém ainda se recorda de como foi, alguém ainda escuta como forma de elaborar o que aconteceu e também de afastar essas lembranças dolorosas. Logo isso tudo é atravessado pelos que pouco sabem, pelos que acham tudo isso muito chato. A memória não fica a cargo apenas do tempo, é preciso que ela se construa e se refaça na coletividade, com quem permanece depois da guerra para ver os efeitos que ela causa. O fim da guerra, o esquecimento do que foi acaba por dar lugar ao começo, “do que nada mais que nada”, o encobrimento das lembranças dolorosas para que se possa deitar e “namorar as nuvens”. A memória é feita desse paradoxo entre lembrar e esquecer, entre silêncios e palavras, entre fim e começo.

Já estava cursando as disciplinas do mestrado quando li *O quarto de Giovanni* (1956), de James Baldwin. Em determinado trecho, ele destaca a dificuldade de, ao mesmo tempo, lembrar e esquecer, enquadrando tal capacidade apenas para os heróis.

Uma coisa ou outra: é preciso ter força para lembrar, e é preciso ter outro tipo de força para esquecer, e somente um herói é capaz de fazer as duas coisas. As pessoas que lembram correm o risco de enlouquecer de dor, a dor da morte de sua inocência, a recorrer eternamente; as que esquecem se arriscam a mergulhar em outra espécie de loucura, a loucura de negar a dor e odiar e inocência; e o mundo basicamente se divide entre loucos que lembram e loucos que esquecem. Os heróis são raros. (p. 52).

A força de lembrar dos acontecimentos envolve o risco de enlouquecer da dor, das violências, do ocorrido, de tudo que foi visto e experienciado. Por outro lado, o

esquecimento coloca em risco a elaboração dos afetos que a dor causa, como se fosse uma certa alienação do que se sente. Essa relação entre lembrar e esquecer foi muito bem nomeada por Baldwin (1956) como um exercício de força.

É preciso forçar, lembrar e esquecer não são coisas que se dão espontaneamente; é necessário que a memória seja provocada, exercida. A memória é um campo de ação, é importante ter vontade de memória. Para ela se constituir, precisa-se forçar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Um só consegue existir devido à outra. Não é possível falarmos de esquecimento sem antes lembrarmos, assim como não podemos falar em lembrar sem que estejamos esquecendo alguma coisa, mesmo que não saibamos disso. Esse exercício de provocação da memória ganha uma dimensão ainda mais relevante diante de grupos que tiveram, ao longo do tempo, uma história de apagamentos, negações e violências. Assim como notícias sobre as violências contra pessoas LGBTI+ não costumavam ser noticiadas, também não era vista a circulação desses corpos, que precisavam sempre recorrer a lugares “seguros” para simplesmente estar. O campo da promoção da saúde LGBTI+ também foi sendo construído recentemente.

A memória é constituída por esses enlaces entre lembranças e esquecimento, reconhecimentos e apagamentos. “Desapagar” algumas vidas, corpos e modos de ser produz efeitos sobre a memória coletiva, assim como para aqueles que experimentam o apagamento. Desse modo, a memória também pode fabricar resistências. O debate sobre a vulnerabilidade também é um modo de construir memória, de se gestar uma memória que se quer, para além daquela que é imposta a nós. Nesse sentido, é importante provocar um deslocamento da concepção de vulnerabilidade como algo inerente a alguns corpos, possibilitando outras formas de habitar o mundo. Ao delimitar a vulnerabilidade como condição de natureza de alguns grupos, eliminamos a possibilidade de uma memória que diga o oposto disso, ou melhor, de uma memória que nos fale e atue como a resistência desses corpos e desses modos de ser.

As narrativas são parte de um trabalho da coletividade e da memória. É através da palavra que podemos construir a memória, elaborar o que se passou e fabricar uma memória que seja sobre a vida que queremos e não apenas daquela que nos é imposta. Essa escrita se deu através de memórias minhas enquanto profissional de saúde que foi atravessada pelas palavras, por gestos, presenças e olhares dos que passaram pelo projeto da *Casinha*. O que pude ouvir e presenciar dos que muito sabem, dos que me contaram suas histórias, dos que confiaram no trabalho da ONG, dos que me mostraram

a importância de pensar a vulnerabilidade e a resistência - uma junção indissociável, sem a qual não podemos perceber exatamente o que a saída de uma implicaria para a outra. Essa dissertação foi um modo que encontrei de poder elaborar as contradições gritantes do campo de atuação; mas sem elas, não há trabalho. Escrevo para construir um caminho que possa sustentar os paradoxos que possibilitam o trabalho.

Nesse percurso, destaco mais uma lembrança:

Um pouco antes de finalizar essa dissertação, participei de uma ação da Casinha envolvendo a Casa Dulce Seixas, uma casa localizada na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, que tem como proposta acolher pessoas LGBTI+ em vulnerabilidade social. A Casa Dulce atualmente abriga cerca de 20 pessoas vindas de diferentes lugares. A Casinha conseguiu a doação de cerca de 100 testes de HIV/Aids para a realização dessa ação. A proposta era fazer um dia de testagem e conversa com as moradoras e moradores da casa. Fomos enquanto equipe de saúde, gestão e equipe de comunicação para essa ação de testagem. Na equipe de saúde éramos dois médicos e duas psicólogas. A caminho da Casa Dulce, conto para o diretor da ONG Casinha sobre a minha dissertação. Explico brevemente a análise do conceito de vulnerabilidade que faço e como utilizo a Casinha como forma de ilustrar os meus apontamentos. Em determinado momento ele se vira e diz “então é tentar instrumentalizar os vulneráveis para que, com o tempo, nosso trabalho nem precise mais existir.”

A frase que o diretor da ONG diz diante a minha explicação sobre a pesquisa me parece ser precisa no que tenho tentado mostrar: que podemos fazer diante dessa complexa relação entre corpos vulneráveis e precariedade imposta? Por um lado, tenta-se construir projetos para, de alguma forma, dar conta dessa ausência de políticas públicas voltadas para pessoas LGBTI+, e por outro, esses mesmos projetos acabam usando conceitos e lógicas semelhantes aos que já existem na tentativa de legitimar a importância da vulnerabilidade.

A busca de um meio de pensar os projetos LGBTI+ e de fortalecer as políticas públicas, instrumentalizando os ditos vulneráveis, me parece uma forma de politizar o próprio conceito. A vulnerabilidade, enquanto noção atribuída aos grupos que necessitam de proteção, acaba colocando aqueles que o compõem no lugar de passividade, como se

não pudéssemos pensar na organização desses corpos em prol da sua própria proteção. Scott (2005) atenta para o fato de que não há uma solução única e que os paradoxos constituem essa mesma solução.

As melhores soluções políticas na atualidade reconhecem os perigos de insistir em uma solução final e totalizante (ou grupos ou indivíduos, ou igualdade ou diferença). De certa forma, estou afirmando que paradoxos do tipo que descrevi são o próprio material a partir dos quais políticas são construídas e a história é feita. (SCOTT, 2005, p. 29)

Como pensar então nesse paradoxo de sujeitos em vulnerabilidade que resistem às políticas de precariedade e formulam suas formas de reconhecimento, de circulação, de direitos, de saúde, de cultura, entre tantas outras? Ao mesmo tempo, eles precisam de proteção, de produção de cuidado e de atenção na garantia de terem uma vida mais digna.

Como operar políticas públicas e projetos sociais que estejam atentos a esse paradoxo? Não creio que a solução seja a de eliminar a presença da noção de vulnerabilidade a todo custo, retirá-la dos documentos oficiais de políticas públicas, como o PNAS, ou retirá-la de projetos que direcionem seu público através do uso da expressão “em vulnerabilidade social”. O que o paradoxo nos indica é que podemos fazer uso desse termo sem cair na armadilha de tentar resolvê-lo. Ao longo dessa escrita, procurei situar sua complexidade ao legitimar investimentos em projetos sociais através da narrativa de algumas situações, documentos e práticas apoiadas na noção de vulnerabilidade. Não seria possível negar a relevância de expor a vulnerabilidade, ao apelar para imagens de sofrimento e precarização dos sujeitos demandantes. Mas o perigo de acatarmos essa lógica é o de colocarmos as pessoas num lugar de passividade, na qual permanecem a espera de um resgate. Tal resgate só poderia ser feitos pelos “invulneráveis”; afinal, são eles que possuem o conhecimento, a ação e os instrumentos.

Permanecer e cooperar com essa estrutura binária e contrastante entre “vulneráveis” e “invulneráveis” fabrica políticas que desconhecem os modos de resistência encontrados pelos ditos vulneráveis. A memória entra nesse jogo ao falarmos de pessoas LGBTI+ e práticas de resistência. É pela memória que podemos entender as resistências frente à precariedade. Trago aqui um exemplo: durante a ação de testagem de HIV/AIDS realizada na Casa Dulce Seixas, lembro da fala de um dos moradores me contando o quanto Shirley, mulher travesti responsável pela casa, teria sido importante para ele, não só por abrigá-lo, mas por toda a sua luta e persistência para mantê-los ali. Isso teria marcado o morador que fazia a narrativa: para ele, a memória se compunha de marcas que se refletiam

diretamente no presente. A memória de como Shirley resistiu em meio a tanta precariedade fez com que esse morador também encontrasse resistência e visse possibilidades de vida. A Casa Dulce não recebe apoio financeiro de nenhuma instituição ou empresa; ela se mantém por meio de doações de pessoas e ONGs. A Casinha ocupa um lugar próximo, ao buscar doações de cesta básicas para esses moradores. Mas para além dos moradores da casa, Shirley também doa cestas básicas para moradores da vizinhança de Nova Iguaçu, criando uma rede de coletividade pelo território. A Casinha também acaba por dar suporte a outra casa, funcionando como mais um apoiador, uma instituição que tenta construir essa ponte, esse suporte a outras vidas.

Esses seriam exemplos de resistência: o encontro entre as casas de acolhimento. Uma com teto, chão e tijolos; outra sem teto, mas com maior entrada financeira para apoio. No meio disso, relatei as falas que ouvi e me atravessaram ao longo desse projeto. A Casinha foi se modificando e hoje em dia, apesar da permanência do nome, se apresenta mais como uma ONG que promove direitos sociais para a população LGBTI+. Tal projeto também me parece exercer função primordial no reconhecimento e na memória. Um dos propósitos é poder divulgar cultura LGBTI+ e a cultura é fundamental para o exercício da memória dos que foram excluídos, dos que ficaram à margem da vida na cidade.

Após o fim dessa escrita, esboço como começo para o meu campo de atuação a proposta de suportar o paradoxo da vulnerabilidade, uma crítica que se faz no ato. É preciso pensar em projetos e políticas que não repitam o erro de retirar esses sujeitos lidos como vulneráveis das decisões e ações que os envolvem. É importante atentar para a ideia de que não é preciso salvar, mas tecer suporte para as relações que se constituem pela vulnerabilidade nas populações que possuem menos direitos básicos. Mas, principalmente, sem esquecer a resistência que elas criam diante disso.

A partir dessa concepção de resistência e memória como caminho para se pensar o paradoxo na encruzilhada do gênero, remeto ao que Jota Mombaça (2021) brilhantemente pontua sobre estilhaçamento e vidas quebradas. Mombaça questiona “como habitar uma tal vulnerabilidade e como engendrar, nesse espaço tenso das vidas quebradas pela violência normalizadora, uma conexão afetiva de outro tipo, uma conexão que não esteja baseada na integridade do sujeito, mas em sua incontornável quebra?” (2021, p. 22). Esse trecho que escolhi destacar nos convoca a pensar um outro modo possível de estar junto, de viver a vulnerabilidade, no esforço de olhar o movimento que a quebra, que o estilhaçamento causa.

Esse efeito sem rota definida, sem necessidade de unificar ou eliminar, mas de construir uma “política de afinidade” (MOMBAÇA, 2021,p. 24) na qual seja possível olhar o outro em seu desmantelamento, em sua resistência, em sua quebra. Qual são as políticas de cuidado que permitem uma infraestrutura na quebra? O meu esforço ao longo dessa escrita foi pontuar o paradoxo como possibilidade de acompanhar o estilhaçamento, sem tentar apenas recolher os cacos, mas entender qual movimento desordenado surge.

Anexo 1**Formulário Casinha**

Este formulário é o primeiro passo para o encaminhamento de pessoas LGBTQI+ (a partir dos 18 anos) para atendimento terapêutico. Após o preenchimento, você receberá em breve um contato de um membro da Casinha para dar continuidade ao processo. Caso tenha dificuldade para preencher, entre em contato conosco em saude@casinha.org ou inbox em nossa página no Facebook e Instagram: @casinhaacolhida.

- 1- Nome/Nome social;
- 2- Onde mora? Com quem reside?
- 3- Qual sua etnia/raça?
- 4- Data de nascimento
- 5- Nacionalidade
- 6- Qual é a sua escolaridade?
- 7- Identidade de gênero (cis, trans, não-binário)
- 8- Orientação sexual
- 9- Formas de contato - telefone pessoal ou contato (obrigatório), e-mail.
- 10- Você tem identidade válida? (a pensar)
- 11- Você tem cartão do SUS?
- 12- Você tem CadÚnico (Cadastro Único de Programas Sociais)? (a pensar)
- 13- Você tem plano de saúde particular? Qual?
- 14- Como a Casinha pode ajudar você?
- 15- Já fez terapia?
- 16- Faz acompanhamento psiquiátrico?
- 17- Já fez acompanhamento psiquiátrico?
- 18- Faz uso de alguma medicação? - Se sim, quais? - Qual frequência?
- 19- Você tem alguma questão de saúde que gostaria de compartilhar?
- 20- Possui alguma deficiência? Qual?
- 21- Conte-nos um pouco sobre o que te motivou a buscar terapia:

- 22- Na sua situação atual, poderia pagar pela terapia?
- 23- Gostaria de deixar alguma observação?

Anexo 2**Formulário Assistência Social: mapeamento**

1. Nome (social) completo
2. Telefone (com ddd)
3. Email
4. Endereço
5. CEP
6. Qual a cidade e bairro de residência?
7. Reside sozinho ou com outras pessoas?
8. Se com outras, quantas pessoas residem na casa (contando com você)?
9. Precisa de cesta básica?
10. Quais as principais dificuldades que você vem enfrentando na quarentena?
11. Idade
12. Identidade de gênero
13. Orientação sexual
14. Etnia/raça
15. Escolaridade
16. Possui documentos pessoais? Quais?
17. Possui CadÚnico?
18. Tem acesso a algum benefício social?
19. Atualmente possui vínculo formal ou informal de trabalho?
20. Conseguiu obter o auxílio emergencial?
21. Se não, o que é indicado?
22. Possui acesso a internet banda larga (wi-fi) em casa?
23. Algo mais que você queira acrescentar?

Referências:

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Corpos em Aliança**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2019a.

_____. **O que é a crítica**. Tradução Gustavo Hessmann Dalaqua Cadernos de Ética e Filosofia. São Paulo, número 22, 2013.

_____. **Quadros de Guerra**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

_____. **A força da não violência: um vínculo ético-político**. 1ª ed., Ed. Boitempo: São Paulo, 2021.

_____. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. 1ª ed, Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2019b.

BALDWIN, James. **O quarto de Giovanni**. 1ª ed.: Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018, 1956.

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. Revista de Sociologia da UFSCar, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, Contemporânea, São Carlos, pp. 165-182.

_____ & PELUCIO, Larissa. **Despatologização do Gênero: Ogição do Gênero: A politização da politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

BRASIL. **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004.

CARNEIRO, Ueslei. **Sobre AFRONTAR a casa-grande e botar a cara no sol uma etnografia transviada de formas de gestão do sofrimento**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2020.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima & Menezes, Moisés Santos. **Violência e Saúde LGBTI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

CASA UM. Site casaum acessado em 20 de março de 2022, disponível em <https://www.casaum.org/>

CASINHA. Site da Casinha acessado e 10 de janeiro de 2022, disponível em <https://www.casinha.org/>

CASSAL, Luan Carpes Barros. UM ESTUDO ENTRE RUÍNAS: O PROGRAMA RIO SEM HOMOFOBIA E A POLÍTICA LGBTI FLUMINENSE. Vol. 01, N. 04, Out. - Dez., 2018 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh

CASTEL, R. **A Dinâmica dos Processos de Marginalização: Da “Vulnerabilidade” à Desfiliação.** *In:* Caderno CRH. Salvador: n. 26/27, pp. 19-40, 1997.

COLE, Alyson. *All of Us Are Vulnerable, But Some Are More Vulnerable than Others: The Political Ambiguity of Vulnerability Studies, an Ambivalent Critique critical horizons*, Vol. 17 No. 2, May, 2016, pp. 260–27.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs.** Conselho Federal de Psicologia, Brasília, DF: CFP, 2019. p. 220.

DA SILVA, Wanderson Vilton Nunes. **Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

Dalaqua, G. H. **O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault.** Tradução do texto de Judith Butler. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 1(22), pp. 159-179.

FAVERO, Sofia. **O ativismo medico contra a diversidade.** <https://ponte.org/artigo-o-ativismo-medico-contra-a-diversidade/>

_____. **Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada.** *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020.

FERRARESE, Estelle. *Judith Butler’s “not particularly postmodern insight” of recognition.* *Philosophy and Social Criticism*, 37(7), 759–773, 2011. <https://doi.org/10.1177/0191453711410029>. The online version of this article can be found at: <http://psc.sagepub.com/content/37/7/759>

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** *Cadernos Pagu*, 5, pp.07-42.

Hecktheuer, Luis Felipe & Gonçalves, Arisson. **Pensar os pse: como escapar dos universais estado e vulnerabilidade?** VIII Jornadas de Sociología de la UNLP, 2014.

LANDIM, Leilah. **Experiência Militante: história das assim chamadas ONGs.** Lusotopie 2002/1 : 215-239

MARACCI, João Gabriel & FAVERO, Sofia. **Por que Falamos em cisnormatividade.** <https://diplomatie.org.br/por-que-falamos-em-cisnormatividade/> acessado em 12 de fevereiro de 2022

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **O enquadramento biopolítico de pessoas empobrecidas: entre o governo dos corpos e a biopotência de modos de vida na imagem fotográfica.** Dossiê Realismo Especulativo – revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos – ISSN 2175-8689 – v. 21, n. 2, 2018.

MONTEIRO, R. R. P. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** Sociedade em Debate, 17 (2), pp. 29-40, 2011.

MONBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora.** Rio de Janeiro: Cogobó, 1ªed, 2021.

PALMEIRA, Laura. **Gloria Anzaldúa, uma chicanaentre-fronteiras Dossiê: gênero, deslocamentos e fronteiras do/no mundo contemporâneo.** Equatorial: Natal, v. 7, n. 12, jan/jun 2020

PELUCIO, Larissa. **Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids.** Em Saúde e sociedade (20), no1. pp: 76-85, 2011

PORCHAT, Patricia. **Um corpo para Judith Butler.** Periódicus, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA ISSN: 2358-0844 – Endereço: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

RODRIGUES, Carla & GRUMAN, Paula. **«Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler»**, Anuário Antropológico [Online], v.46 n.3 | 2021.

SÁ MARTINO, L. M., & SALGUEIRO MARQUES, A. C. **Reconhecer a vida e a experiência do outro: tensionamentos epistêmicos, normativos e identitários.** *E-Compós*, 2020. <https://doi.org/10.30962/ec.2212>.

SCOTT, Joan. **Estudos Feministas.** Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005

Shafir, Isabel, P. (2020). Clase 3. **Memoria colectiva: reflexiones conceptuales II Isabel La [Material de clase]**. Seminario *Memorias colectivas y Luchas políticas*, Diploma Superior *Memorias colectivas con perspectiva de Género*, CLACSO

SZYMBORSKA, W. **Poemas**. Tradução de Regina Przybycien. São Paulo: Cia das Letras, 2011

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **Judith Butler: Vidas Precárias**. Aula retirada do youtube. Acessada em 20 de maio de 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=F4JVgjLPBLg&t=1998s>

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª ed., Objetiva: Rio de Janeiro, 2018.

TOROSSIAN, Sandra & RIVERO, Nelson. In: Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas. Lilan Rodrigues da Cruz, Neusa Guareschi (organizadoras). 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

Vázquez, F. (2001). **La memoria como acción social: relaciones, significados e imaginario**. Barcelona, Ed. Piados. Capítulo 2: los discursos de la memoria y la memoria de los discursos. Págs. 69- 132

VÈRGES, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. 1ª ed.), Ubu Editora: (local), setembro 2021.

VIANA, P. **A que veio o CRAS?** Dissertação de Mestrado. UFF, 2013.

VOTE LGBTI. <https://votelgbt.org/pesquisas>